

# Primeira Região

em revista

Veículo informativo do Tribunal Regional Federal da 1.ª Região - Ano VI - n.º 70 - agosto 2016

ISSN 2238-3476

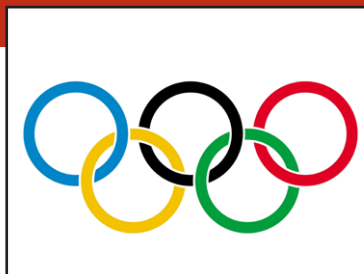
## Patrimônio valioso

TRF1 adota gestão do conhecimento para incentivar o compartilhamento de boas práticas, preservar e disseminar o conhecimento no âmbito da 1ª Região



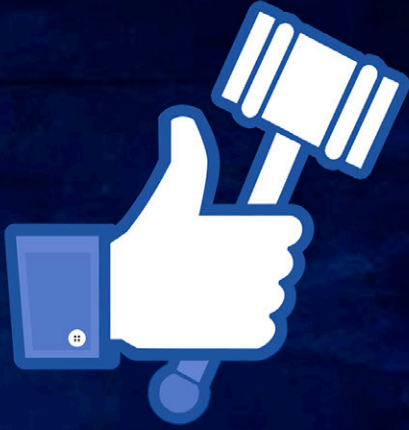
### MUDANÇA

Tribunal inicia projeto para estimular hábitos saudáveis e melhorar a saúde e a qualidade de vida de seu corpo funcional



### ESPECIAL

Karatê é considerado esporte olímpico, e atletas da modalidade têm direito à Bolsa-Atleta



# Curta nossa página no Facebook

e fique por dentro das informações do  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

# TRF 1ª REGIÃO

A página oficial do Tribunal Regional Federal da 1ª Região na internet foi criada para ser mais um canal de comunicação com o público em geral buscando dar mais transparência às ações da instituição.

Suas postagens visam divulgar decisões relevantes proferidas no âmbito do TRF1, das seções e subseções judiciárias vinculadas, bem como divulgar avisos de pauta, eventos e fatos relevantes da Primeira Região.

**Acesse [facebook.com/TRF1oficial](https://facebook.com/TRF1oficial) e mantenha-se informado!**



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

ASCOM  
Assessoria de Comunicação Social

## Ao leitor

Você já parou para pensar na quantidade de informações, dados e conhecimento gerada ao longo da existência de uma instituição, pública ou privada? O que fazer com todo o material produzido a partir dos processos de trabalho, das práticas rotineiras de atuação, da experiência individual e coletiva acumulada pelos agentes públicos? Como driblar a burocracia, pautada na gestão hierarquizada e na especialização funcional para tarefas mais amplas e complexas, que já foi tão eficiente outrora, mas que agora perde espaço para a necessidade de práticas gerenciais e modelos organizacionais voltados à aquisição, geração e difusão de conhecimento no dia a dia da instituição? Como direcionar esse cabedal de conhecimento para uma prestação de serviços de qualidade à sociedade? São tantas e interessantes as questões que envolvem o tema que **Primeira Região em Revista** decidiu abordá-lo com mais profundidade, a partir do projeto Gestão do Conhecimento desenvolvido pelo TRF1 para garantir que o conhecimento e a história da Primeira Região sejam preservados e difundidos e que as boas práticas desenvolvidas por seus colaboradores sejam compartilhadas e possam contribuir para a melhoria da prestação jurisdicional.

A criação e a implantação de processos que gerem, armazenem, gerenciem e disseminem o conhecimento representam hoje o mais novo desafio a ser enfrentado pelas organizações.

Hoje, a maneira mais indicada para se preservar o conhecimento das instituições é a implantação das técnicas de gestão do conhecimento, que consistem no gerenciamento e no compartilhamento de recursos e conhecimento em um ambiente de aprendizagem organizacional, unindo e administrando o potencial humano e tecnológico. Com a utilização adequada dessa sistemática é possível inovar e melhorar a qualidade dos processos de trabalho, produtos e serviços; promover a aprendizagem individual e organizacional; aumentar a capacidade de realização individual, das equipes, da organização e da sociedade; reter e disseminar o conhecimento; criar um ambiente organizacional propício à colaboração e à produção coletiva de conhecimento e aumentar a efetividade do trabalho e do trabalhador do conhecimento.

Nesta edição você acompanha, ainda, outros assuntos que marcaram o mês na Justiça Federal da 1ª Região, entre os quais a entrevista com os novos representantes dos servidores ativos e inativos no Conselho Deliberativo do Pro-Social. Luiz Corassa e Augusto César Ramos falam sobre o que os motivou a se candidatarem, as responsabilidades e desafios que veem pela frente e como pretendem atuar em prol de seus representados.

Boa leitura!

Ivani Morais e Thainá Salviato  
Editoras

Assessoria de Comunicação Social  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

## TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1.ª REGIÃO

HILTON QUEIROZ - Presidente  
ITALO MENDES - Vice-Presidente  
JOÃO BATISTA MOREIRA - Corregedor Regional da 1.ª Região

### DESEMBARGADORES FEDERAIS

JIRAIR ARAM MEGUERIAN  
OLINDO MENEZES  
MÁRIO CÉSAR RIBEIRO  
CÂNDIDO RIBEIRO  
CARLOS MOREIRA ALVES  
JOSÉ AMILCAR MACHADO  
DANIEL PAES RIBEIRO  
SOUZA PRUDENTE  
MARIA DO CARMO CARDOSO  
NEUZA ALVES  
FRANCISCO DE ASSIS BETTI  
ÂNGELA CATÃO  
MÔNICA SIFUENTES  
KASSIO MARQUES  
NÉVITON GUEDES  
NOVÉLY VILANOVA  
NEY BELLO  
CANDIDO MORAES  
MARCOS AUGUSTO DE SOUSA  
JOÃO LUIZ DE SOUZA  
GILDA SIGMARINGA SEIXAS  
JAMIL DE JESUS OLIVEIRA  
HERCULES FAJOS  
CARLOS AUGUSTO PIRES BRANDÃO  
FRANCISCO NEVES DA CUNHA

**Diretor-Geral da Secretaria**  
Carlos Frederico Maia Bezerra

**Secretário-Geral da Presidência**  
Ramiz Flávio Rocha

**Conselho Editorial:**  
Secretário-geral – Ramiz Flávio Rocha  
Chefe da Assessoria de Comunicação Social – Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747)  
Repórter Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

**Editora-Chefe**  
Ivani Morais

**Editora-Executiva**  
Thainá Salviato

**Redatores**  
Euvaldo Pinho, Ivani Morais (Reg. Prof. DF 2747), Leonardo Costa (Reg. Prof. DF 10610) e Thainá Salviato (Reg. Prof. DF 7686)

**Estagiárias**  
Guilherme Corrêa e Ana Luiza Nogueira

**Colaboração**  
Supervisores das Seções de Comunicação Social das Seções Judiciárias da 1.ª Região

**Revisão**  
Lúcia de Souza  
Lucimar de Melo

**Editoração**  
Jordânia J. Alves

**Fotos**  
Carlos Rodrigues, Euvaldo Pinho, Gildete Silva, Proforme, Ramon Pereira e Secos da 1.ª Região

**Chapas CTP**  
Studio produções gráficas

**Impressão**  
Gráfica do TRF da 1.ª Região

**Tiragem**  
1.000 exemplares  
Distribuição eletrônica em toda a 1.ª Região

**Contato**  
primeiraregiaoemrevista@trf1.jus.br

**Assessoria de Comunicação Social – Ascom**  
Praça dos Tribunais Superiores  
SAS Quadra 2, Bloco A, Edifício-Sede I, sala 3  
CEP: 70070-900  
Fones: (61) 3314.5367/79 Fax: (61) 3226.4985  
e-mail: ascom.trf1@trf1.jus.br



10 | Capa

Confira as técnicas de gestão do conhecimento que o TRF1 vai adotar para compartilhar e preservar o conhecimento de seus colaboradores

**Acesse [www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)**

Serviços	
Endereços e Telefones	RPV e Precatórios
Peticionamento Eletrônico	Diário da Justiça
Citação e Intimação	Plantão Judicial
Cálculo de Custas e Despesas Processuais	Ouvidoria
Certidão Online	

Primeira Região em Revista/ Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social. – Vol. 1, n.1 (maio 2010)-  
- Brasília : TRF-1ª Região, 2010- .  
v.

Mensal  
Publicada também *on line*  
Continuação de: Revista Destaque  
ISSN 2238-3476 (publicação impressa)

1. Justiça Federal – Periódico I. Tribunal Regional Federal da Primeira Região, Assessoria de Comunicação Social.

CDD 341.992

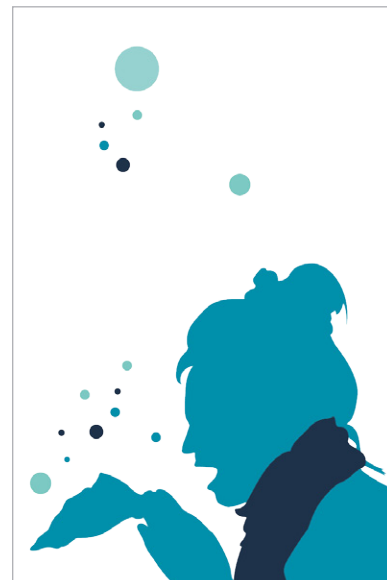
Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca



**26** | **Painel** Retomada do "Vem de Bike" amplia número de adeptos da bicicleta como meio de transporte, lazer e promoção da saúde



**42** | **Por aí** Acompanhe Euvaldo Pinho em uma expedição por Sucre, cidade boliviana considerada Patrimônio Cultural da Humanidade



**36** | **Saúde** Doenças respiratórias atingem boa parte da população mundial e atitudes simples podem ajudar a preveni-las

## 6 Entrevista

Representantes dos servidores no Conselho Deliberativo do Pro-Social falam das expectativas para o trabalho

## 30 Panorama Primeira Região

Os julgamentos que ganharam destaque no Tribunal e nas seções judiciárias

## 46 Ponto de Vista

Com a proximidade das eleições municipais, Mylla Sampaio apresenta uma reflexão sobre cleptocracia e gestão municipal



RAMON FERREIRA

Luiz Rodolfo Corassa e Augusto César da Silva Ramos foram os eleitos para representar os servidores ativos e inativos, respectivamente, no Conselho Deliberativo do Pro-Social no biênio 2016-2018. Em entrevista, eles contam o que os motivou a se candidatarem ao posto, como pretendem atuar e quais seus objetivos em prol dos beneficiários

▀ POR THAINÁ SALVIATO

Em mais uma votação realizada pela intranet, no período de 24 de julho a 1º de agosto, a Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região elegeu os representantes dos servidores ativos e inativos no Conselho Deliberativo do Pro-Social para o biênio 2016-2018. Para representar os ativos foi eleito Luiz Rodolfo Corassa e para representar os inativos Augusto César da Silva Ramos.

Luiz Rodolfo é analista judiciário, especialidade taquigrafia, e atua como taquígrafo-revisor lotado na Divisão de Revisão (Direv) da Coordenadoria de Taquigrafia (Cotaq) do TRF1. Possui graduação em Administração pela Universidade Católica de Brasília (1995) e especialização em Gestão Pública pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá/RJ (2007), além de possuir experiência na área de Letras com ênfase em Língua Portuguesa. O novo representante destaca que decidiu se candidatar ao cargo para conhecer melhor o Tribunal e o Pro-Social e para ter a oportunidade de trabalhar em prol do coletivo. “Os canais estão abertos, com acesso democrático, sensato e respeitoso que os colegas terão junto aos seus representantes”, afirmou Luiz que pretende atuar de forma colaborativa com os beneficiários.

Augusto César, que representará os beneficiários inativos, é bacharel em Direito pela Universidade Paulista (2004) e especialista em Direito Processual Civil (2006). No TRF1, atuou como analista judiciário de 1989 a 2016, ano em que se aposentou. Entre os seus objetivos como membro do Conselho Deliberativo, ele destaca como um de seus objetivos “manter o Programa com uma saúde financeira boa e capaz de fazer com que o beneficiário tenha cada vez melhores benefícios, sem comprometimento financeiro”.

Confira a entrevista!

**O que motivou vocês a se candidatarem para os cargos de representantes dos servidores ativos e inativos no Conselho Deliberativo do Pro-Social?**

Luiz Rodolfo – Conhecer mais o Tribunal e o Pro-social, entender o que e como as coisas acontecem, mas, antes de tudo, o que nos motivou foi vislumbrar a possibilidade de trabalhar em prol do coletivo, identificando oportunidades sustentáveis.

Augusto César – Primeiro para conhecer a dinâmica do Pro-Social e depois para poder colaborar com sugestões nos processos que são oriundos de recursos, trazendo uma outra visão sobre o tema já analisado.

**Passado o momento da eleição, que avaliação fazem dos desafios e das responsabilidades assumidas perante os representados?**

Luiz Rodolfo – Os desafios são muitos e constantes; O principal deles é que lidamos com vidas, não apenas com números. Há peculiaridades no nosso programa de saúde que aumentam a nossa responsabilidade

Augusto César – Cada caso é um caso e todos demandam de muito cuidado, pois, não lidamos com papéis, mas sim com seres humanos e muitos em estado de saúde debilitada. A responsabilidade sem dúvida foi aumentada. Os

desafios são aqueles de manter o plano com uma saúde financeira boa capaz de fazer com que o beneficiário tenha cada vez melhores benefícios, sem comprometimento financeiro.

**Qual foi a primeira impressão do funcionamento do Conselho Deliberativo do Pro-Social depois da primeira sessão em que vocês tiveram atuação como membros do colegiado?**

Luiz Rodolfo – Foi uma experiência rápida, mas positiva, tranquila e respeitosa. No entanto, como não poderia deixar de ser para quem acaba de chegar, suscitou-nos mais dúvidas que, certamente, o estudo, o tempo e a prática ajudarão a dirimir.

Augusto César – Tenho algumas dúvidas com relação a sua dinâmica, mas temos servidores competentes que a todo tempo nos auxiliam para que melhor passamos formular nosso voto.

**Qual é a postura que os servidores ativos e inativos podem esperar de seus novos representantes, e como vocês pretendem atuar para atender às expectativas dos representados?**

Luiz Rodolfo – A nossa postura será a mesma que esperamos dos contribuintes/beneficiários que nos confiaram o



A minha postura  
será de bom senso e  
transparência, com visão  
de presente e futuro

Luiz Rodolfo



RAMON FERREIRA



seu voto: bom-senso e transparência, com visão de presente e futuro.

Augusto César – A postura tem que ser de seriedade com o plano de assistência, pois a cada dia aumenta a responsabilidade com os ativos e o crescente número de inativos que a cada ano se torna maior.

**Vocês representarão os interesses de 19.433 beneficiários do Programa, sendo 17.380 ativos, 1.860 inativos e 196 pensionistas, distribuídos em toda a Primeira Região, além de um total de 12.369 dependentes. De que forma pretendem conduzir o relacionamento com os representados, considerando a dimensão da Primeira Região e a diversidade de necessidades e carências dessas localidades?**

Luiz Rodolfo – Os canais disponibilizados pelo Pro-Social pelos e-mails e telefones de contato estarão sempre abertos. Um dos pontos destacados antes da eleição foi exatamente o acesso democrático, sensato e respeitoso que os colegas terão junto aos seus representantes, o que se pretende seja uma via de mão dupla.

Augusto César – O trabalho não começou agora, temos uma boa base de eficiência, porém, esse esforço de melhorar tem que ser permanente, pois as demandas são crescentes e complexas.

**Como pretendem ouvir seus representados no Conselho Deliberativo do Pro-Social considerando as distâncias geográficas da Primeira Região?**

Luiz Rodolfo – A tecnologia traz esse benefício; há muitos meios de comunicação. O e-mail, acredito, será o mais eficaz no nosso caso, diante da abrangência territorial da 1ª Região. O importante é a participação de todos.

Augusto César – Hoje em dia, com o advento do e-mail e outras formas de comunicações estou à disposição de todos, não só dos aposentados, mas também dos ativos, pensionistas e dependentes. Seremos fortes com a participação de todos.

**Qual é a mensagem que vocês gostariam de deixar para os representados neste início de mandato como representantes dos servidores ativos e inativos no Conselho Deliberativo do Pro-Social?**

Luiz Rodolfo – Estamos cientes das responsabilidades e desafios que se nos apresentam, mas a parceria entre

Estou à disposição de todos, não só dos aposentados, mas também dos ativos, pensionistas e dependentes. Seremos fortes com a participação de todos

Augusto César



RAMON PEREIRA

contribuintes/beneficiários, representantes e conselho trará benefícios para todos.

Augusto César – Como representante dos inativos, aumenta minha responsabilidade, pois esta clientela já colaborou e colabora muito com o sustento do programa. Com paciência e persistência iremos alcançar dias melhores. ■

# Conhecimento compartilhado

TRF1 ADOTA GESTÃO DO CONHECIMENTO PARA INCENTIVAR O COMPARTILHAMENTO DE BOAS PRÁTICAS, PRESERVAR E DISSEMINAR O CONHECIMENTO NO ÂMBITO DA 1ª REGIÃO

THAINÁ SALVIATO

No dia a dia dos órgãos e instituições da administração pública brasileira milhares de profissionais dedicam seu tempo e conhecimento para realizar as rotinas e processos de trabalho. Só na Justiça Federal brasileira são mais de 1.700 magistrados, 20 mil servidores, 10 mil terceirizados e oito mil estagiários envolvidos na dinâmica da prestação jurisdicional, tanto na área judicial quanto na área administrativa, para dar vazão à crescente demanda resultante da elevada taxa judicialização que afeta todo o Judiciário.

Apesar da dedicação de todos os colaboradores que atuam na estrutura da administração pública, nem sempre o trabalho por eles realizado consegue atingir o melhor nível de eficácia e eficiência, e muitas vezes os processos de trabalho se perdem quando as pessoas vão deixando suas funções, seja por aposentadoria ou por mudança de cargo e emprego. A perda ou o baixo aproveitamento desse valioso patrimônio acontece porque as instituições não utilizam as técnicas certas para preservar e disseminar o conhecimento.

Hoje, a maneira mais indicada para se preservar o conhecimento das instituições é a implantação das técnicas de gestão do conhecimento, que consiste no gerenciamento e

no compartilhamento de recursos e conhecimento em um ambiente de aprendizagem organizacional, unindo e administrando o potencial humano e tecnológico.

Com a utilização adequada dessa sistemática é possível inovar e melhorar a qualidade dos processos de trabalho, produtos e serviços; promover a aprendizagem



individual e organizacional; aumentar a capacidade de realização individual, das equipes, da organização e da sociedade; reter e disseminar o conhecimento; criar um ambiente organizacional propício à colaboração e à produção coletiva de conhecimento e aumentar a efetividade do trabalho e do trabalhador do conhecimento.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) divulgou recentemente o documento intitulado "Gestão do Conhecimento na Administração Pública: Resultados da Pesquisa Ipea 2014 – Níveis de Maturidade", em que identifica os níveis de maturidade em gestão do conhecimento (GC) nos quais se encontram 73 organizações, 66 delas pertencentes à administração pública federal brasileira. Também assinala os principais pontos fortes e as oportunidades de melhoria identificadas em tais instituições

para o êxito na implementação da GC e propõe ações a serem priorizadas para a sua efetiva institucionalização.

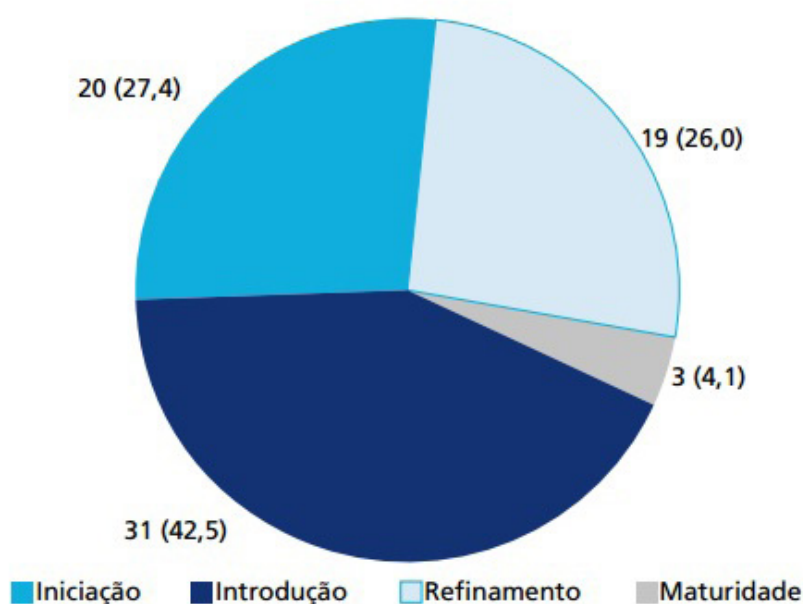
A pesquisa foi organizada por Fábio Ferreira Batista, técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Desenvolvimento Institucional (Dides) do Ipea e professor do Mestrado em Gestão do Conhecimento e da Tecnologia da Informação da Universidade Católica de Brasília (MGCTI/UCB). "O desafio das organizações públicas é melhorar a qualidade dos serviços prestados, e para que isso ocorra é fundamental que a organização utilize o melhor conhecimento disponível. A gestão do conhecimento é um método integrado de criar, compartilhar e aplicar conhecimento para melhorar a qualidade dos serviços, para aumentar a eficiência e também para melhorar a efetividade dos programas e das políticas públicas", explica o professor.



De acordo com os dados coletados pelo pesquisador, as instituições avaliadas não sabem o que é GC e desconhecem sua importância para aumentar a eficiência e melhorar a qualidade e a efetividade social. A análise dos resultados mostra ainda que quase dois terços das organizações estão nos níveis iniciais (iniciação e intro-

dução) de institucionalização da GC (69,9%), enquanto apenas três instituições (4,1% do total) alcançaram o estágio mais avançado (maturidade). A íntegra do estudo pode ser consultada no Repositório do Conhecimento do Ipea (<http://repositorio.ipea.gov.br/>), na área "Observatório de Gestão do Conhecimento".

### Níveis de maturidade em GC das organizações pesquisadas (Em %)



Fonte: Ipea

Para mudar esse quadro, o estudo do Ipea indica a necessidade de priorizar ações voltadas para os critérios essenciais da GC:

- Liderança em GC: formalizar iniciativas de gestão do conhecimento, alocar recursos para viabilizar projetos e instituir o sistema de reconhecimento e recompensa para estimular a aprendizagem, a criação e o compartilhamento do conhecimento e a melhoria do desempenho.
- Processo: devem ser destacados a modelagem de sistemas e processos de trabalho, além de a instituição de um sistema próprio de gestão de situações de crises ou eventos imprevistos para assegurar a continuidade das operações.
- Pessoas: as instituições devem investir no reconhecimento da colaboração, no compartilhamento do conhecimento e na disseminação sistemática de informações sobre

os benefícios, a política, a estratégia, o modelo, o plano e as ferramentas de GC para novos funcionários e servidores.

- Tecnologia: priorizar o alinhamento entre a infraestrutura de TI e a estratégia de GC.
- Processos de conhecimento: priorizar a implantação de processos sistemáticos de identificação, criação, armazenamento e aplicação do conhecimento; o compartilhamento das melhores práticas e lições aprendidas por toda a organização para reduzir o retrabalho e a retenção do conhecimento essencial dos servidores e funcionários que estão saindo da instituição.
- Aprendizagem e inovação: priorizar a formação de equipes multifuncionais para resolver problemas e lidar com situações preocupantes e articulação e reforço contínuo da aprendizagem e inovação como valores organizacionais.

• Resultados: utilizar indicadores para avaliar se as principais iniciativas de GC estão contribuindo para melhorar os resultados organizacionais.

Apesar de não ter sido uma das instituições avaliadas pela pesquisa do Ipea, o TRF da 1ª Região já identificou a necessidade de implantar a gestão do conhecimento em suas rotinas de trabalho. Em novembro de 2015, por meio da Portaria Diges 672, a Administração do Tribunal instituiu **Grupo de Trabalho** para o desenvolvimento de estratégia e soluções para retenção de conhecimentos relevantes para a instituição.

O grupo iniciou suas atividades ainda em 2015 e promoveu visitas técnicas a outros órgãos que já utilizam a gestão do conhecimento para identificar as práticas que poderiam ser replicadas no TRF1. Foram visitadas sete instituições: Embraer, Centrais Elétricas do Norte do Brasil (Eletronorte), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Caixa Econômica Federal (CEF), Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) e Instituto Nacional de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

As visitas técnicas e reuniões do grupo resultaram no estabelecimento de um plano inicial de ação. “Foi identificado que várias pessoas estavam se aposentando e o conhecimento estava indo junto. Então, nós começamos no final do ano passado com visitas a outras instituições que já trabalham com gestão do conhecimento e começamos a costurar a nossa gestão do conhecimento. Nós já temos três projetos encaminhados: Banco de Boas Práticas na Justiça Federal da 1ª Região; retenção do conhecimento dos servidores que estão em via de aposentadoria, por meio da implantação do Storytelling, e definição do modelo de caminho crítico dos processos de trabalho”, explicou Márcia Mazo.

O Banco de Boas Práticas será desenvolvido utilizando um software livre, chamado *DSpace*, já utilizado pelo Tribunal, em que serão inseridas as boas práticas, após validadas e aprovadas, para posterior disseminação. No Tribunal, essas práticas serão coletadas, tratadas, analisadas pelo Comitê Multidisciplinar de Gestão do Conhecimento (Cogecon). Nas Seccionais, esses procedimentos serão adotados pelos comitês locais (Cogecon-UF) e, em seguida, encaminhadas ao Cogecon-TRF1. O Banco será um instrumento para identificar e compartilhar práticas bem sucedidas que estejam contribuindo para a modernização,



## COMPOSIÇÃO DO GRUPO DE TRABALHO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO

O Grupo de Trabalho foi composto por 12 servidores: Márcia Mazo Santos (coordenadora), diretora da Divisão de Biblioteca (Dibib); Carlos Alberto de Brito Paulino Nunes (Dibib); Márcio da Silva Albuquerque, diretor do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento de Servidores da 1ª Região (Cedap); José Roberto Pimenta Ferretti da Costa, da Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação (Secge); Samuel Nunes dos Santos, diretor da Divisão de Modernização Administrativa e Produção Editorial (Dimpe); Oscar Campos Reis Neto, da Seção de Retenção do Conhecimento (Seret); Aluizio Alves de Oliveira, da Divisão de Informações Processuais (Diinf); Katia Maria Soares Freire, da Coordenadoria da Segunda Turma (Ctur2); Sueli Moreira de Oliveira, da Seção de Gestão de Conhecimento dos Juizados Especiais Federais (Segef); Talita Rebouças, da Assessoria de Comunicação Social (Ascom), substituída em abril de 2016 pela servidora Etiene Gomes de Carvalho; Juliana de Freitas Prevelato e Vânia Gomes Liberal, do Nucre/DF.

rapidez e eficiência dos processos de trabalho na 1ª Região. Para subsidiar a formação do banco de dados, serão consultadas as práticas premiadas no Innovare e em outros prêmios ou organizações que mantenham correlação com a prestação jurisdicional da Justiça Federal. Em seguida, serão catalogadas para análise as práticas divulgadas no informativo do TRF1, Primeira Região Hoje, sendo as áreas de biblioteca da 1ª Região as responsáveis para coletá-las e cadastrá-las.

As práticas aprovadas deverão obedecer a dois critérios básicos: terem sido efetivamente desenvolvidas pela unidade e implementadas por um período superior a 180 dias e serem descritas de forma pormenorizada, apresentando seu propósito, abrangência, inovação, aplicação, atores e resultados.

As boas práticas serão categorizadas da seguinte forma:

- Acesso à informação
- Auditoria
- Capacitação
- Combate e prevenção à improbidade administrativa e corrupção
- Controle interno
- Desempenho organizacional (eficiência, eficácia, efetividade, ...)
- Estatística
- Gestão do conhecimento (compartilhamento de conhecimento, disseminação, transmissão, troca, socialização, permuta, redes sociais...)
- Gestão da informação (acesso à informação, sistemas de informação)
- Gestão de pessoas
- Gestão orçamentária e financeira
- Gestão por competência
- Ideias inovadoras
- Imagem institucional
- Inovação (modernização, melhoria)
- Material e patrimônio
- Memória institucional
- Ouvidoria
- Processos (rotinas, procedimentos)
- Qualidade de vida
- Tecnologia da informação
- Transparência
- Segurança
- Sustentabilidade

FOTOS: RAMON PEREIRA



Primeira reunião do Cogecon

“O trabalho de levantamento das práticas já começou, e a ferramenta DSpace está em fase de ajustes. O formulário para cadastro das boas práticas será veiculado pelo PaeSEI. O Tribunal e as seccionais, por meio de seus comitês, procederão à análise e à validação das boas práticas de acordo com a metodologia definida. Se aprovadas, serão disseminadas e disponibilizadas a toda a 1ª Região para que a roda não seja reinventada, e economizando recursos financeiros e humanos”, explica Márcia Mazo.

O *Storytelling* significa a capacidade de contar histórias e narrativas relevantes e que expressem as vivências e o processo evolutivo de uma organização. É uma ferramenta inovadora de registro de atividades, importante para o processo de aprendizagem, repasse de expertise, registro de processos inovadores e transmissão de elementos culturais, regras e valores éticos. Ela também contribui para a motivação dos colaboradores e para a divulgação da imagem institucional. Para o registro das narrativas da Justiça Federal da 1ª Região serão considerados os seguintes temas: processo histórico, inovação, processos de trabalho, projetos de sucesso, pessoas notáveis, evolução de sistemas e “reinventando o caos” (baseado nas teorias modernas que pregam a avaliação do caos como método para entender as causas e efeitos das crises e para encontrar soluções e iniciativas inovadoras).

A técnica do “Caminho Crítico” para a Justiça Federal da 1ª Região consistirá no registro do conhecimento tácito, explícito e relevante existente no Tribunal. O Conhecimento Crítico



Representantes da Seção de Retenção do Conhecimento (Seret), da Secretaria de Tecnologia da Informação (Secin) e da Assessoria de Comunicação Social (Ascom) envolvidos no projeto

ou Conhecimento Estratégico é todo conhecimento existente no Tribunal e nas pessoas que nele trabalham, de grande importância para execução das estratégias da instituição e difícil de ser recuperado. O mapeamento desse conhecimento é uma metodologia de entendimento e aprofundamento que permite obter informações suficientes para um melhor gerenciamento dos conhecimentos críticos prioritários e priorizar os conhecimentos que devem ser minimamente geridos para garantir a operação e a perpetuidade do órgão.

Essa técnica deve ser utilizada durante a estruturação ou reestruturação de uma estratégia de gestão do conhecimento; durante processos de definição e desdobramento estratégico; na construção de plano emergencial em casos de alta rotatividade ou em momentos de aposentadoria de cargos estratégicos e em processo de mapeamento de competências estratégicas.

Diante do cenário de restrições orçamentárias, a equipe responsável pelo projeto de retenção do conhecimento adotará uma metodologia simples que seguirá algumas fases:

- Identificação dos conhecimentos críticos – identificação dos conhecimentos a serem registrados, avaliação dos processos de trabalho e entrevistas com as lideranças;
- Priorização – definição de critérios de priorização com base no mapa de conhecimentos captados e seleção dos conhecimentos a serem caracterizados;
- Caracterização – realização de entrevistas com os principais envolvidos no conhecimento (demandantes, criadores e usuários) tanto para construção de uma definição clara

do que é o conhecimento como para coleta de percepções em relação à natureza e à situação (atual x desejada). Nessa etapa serão apresentados os conhecimentos, as características e as ambições em relação a eles e o diagnóstico de gestão do conhecimento.

**Café com Conhecimento** – Outras ações de incentivo à prática de gestão do conhecimento também estão previstas. Uma delas é o “Café com Conhecimento 2016”, projeto voltado aos gestores e servidores da Justiça Federal da 1ª Região com o objetivo de divulgar os aspectos da implementação da gestão do conhecimento na instituição.

A programação será composta de quatro painéis de debate sobre temas relacionados à GC. O primeiro aconteceu no dia 26 de agosto, no Espaço Pontes de Miranda do Edifício-Sede I do Tribunal em Brasília com transmissão por videoconferência para todas as seções judiciárias da 1ª Região. A ação educacional contou com a presença de cerca de 80 servidores no Tribunal e abordou o tema “Por que os órgãos da Administração Pública precisam da gestão do conhecimento?”.

O evento foi aberto pelo diretor-geral, Carlos Frederico Maia Bezerra, que destacou que a ação educacional sobre gestão do conhecimento marca o início de uma nova etapa no Tribunal. “Em breve teremos estabelecido a metodologia de trabalho com a retenção e a disseminação do conhecimento, o banco de boas práticas e a história da Justiça Federal da 1ª Região registrada”, afirmou.

FOTOS: PROFORME



Fábio Ferreira Batista (Ipea) durante palestra no Café com Conhecimento (esq.) e roda de debate com o servidor do STJ Valter Ponte e as diretora da Dibib, Márcia Mazo (abaixo)



Em seguida, teve início a palestra inaugural proferida pelo diretor do Núcleo de Gestão do Conhecimento e da Qualidade do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fábio Ferreira Batista, PhD e doutor em Knowledge Management. Para ele, o tema debatido é de suma importância para as instituições públicas. “A Gestão do Conhecimento é um método gerencial integrado de criar, compartilhar e aplicar conhecimento para melhorar a qualidade dos serviços, para aumentar a eficiência e também para melhorar a efetividade dos programas e das políticas públicas”, destacou Fábio.

O painel Café com Conhecimento é o marco inicial das atividades relacionadas à gestão do conhecimento que foram institucionalizadas por meio da Resolução Presi 32, de 15/08/2016, a qual definiu o Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região (Cedap) como unidade responsável pela coordenação e execução das atividades necessárias à retenção do conhecimento. A coordenadora do Comitê Multidisciplinar de Gestão do Conhecimento do TRF da 1ª Região (Cogecon-TRF1) e diretora da Divisão de Biblioteca (Dibib), Márcia Mazo, mediadora do talk show, destacou que a gestão do conhecimento é fundamental para a preservação da história do Tribunal e para a melhoria dos seus processos de trabalho. “O Tribunal já fez 27 anos, vários servidores estão se aposentando e com eles está indo o conhecimento. Nós temos boas práticas no Pará, no Amazonas, no Tocantins e em Goiás, por exemplo, e não existe o compartilhamento dessas boas práticas. É importante que a gente tenha o registro dessas práticas, pois esse compartilhamento

de informações faz com que a gente economize tempo e dinheiro em tempos tão difíceis como os atuais”, afirmou Márcia.

Antes de o encerramento do evento, foi apresentado pelo servidor do Superior Tribunal de Justiça e pesquisador da Universidade de Brasília (UnB) Valter Ponte o caso concreto “Conhecimento, Informação e Poder Judiciário”.

Para o diretor do Centro de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento dos Servidores da 1ª Região (Cedap) e organizador do Café com Conhecimento, Márcio Albuquerque, agora, com a implementação da Gestão do Conhecimento na 1ª Região, existe muito trabalho a ser feito. “Vai ser um trabalho paulatino. Nós vamos começar sedimentando primeiro o conhecimento dentro do próprio Tribunal para que depois possamos replicar para as seções e subseções judiciárias, inicialmente por meio de videoconferência e quando tivermos disponibilidade orçamentária, faremos visitas locais”.

Serão realizados ainda mais três painéis até novembro deste ano, com as seguintes datas e temas previstos:

23/09 – A inovação no Poder Judiciário como diferencial em tempos de crise

21/10 – Gestão do conhecimento na área judiciária: desafios e perspectivas

25/11 – Como os líderes podem abrir as portas do conhecimento para as suas equipes? ■



## INSTITUÍDA A REDE DE GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA DA JUSTIÇA FEDERAL DA 1ª REGIÃO

No dia 29 de agosto, o presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), desembargador federal Hilton Queiroz, assinou a Portaria Presi 294, que instituiu a Rede de Governança da Estratégia da Justiça Federal da Primeira Região. O objetivo dessa Rede é orientar os gestores do Tribunal e das seções e subseções judiciárias na execução da Estratégia da Justiça Federal da 1ª Região.

Segundo disposto no documento, para cada representante da Rede caberá, em suas instâncias de atuação, a avaliação do ambiente, dos cenários, dos riscos, do desempenho e dos resultados atuais e futuros; o direcionamento e a orientação da preparação, da articulação e da coordenação de políticas e planos, alinhando as funções às necessidades das partes interessadas e assegurando o alcance dos objetivos estratégicos e metas estabelecidas no Planejamento Estratégico da Justiça Federal da 1ª Região; o monitoramento dos riscos, do desempenho e dos resultados, confrontando-os com os objetivos, as metas estabelecidas e as expectativas das partes interessadas, e a divulgação do Planejamento 2015-2020 no âmbito do Tribunal, das seções e subseções judiciárias.

**Composição** – A Rede é composta de representantes da 1ª Região no Comitê Gestor de Estratégia da Justiça Federal; do Comitê de Gestão Estratégica Regional da Justiça Federal da 1ª Região; do Comitê Institucional de Planejamento Estratégico do Tribunal Regional Federal da 1ª Região; dos Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico das seções judiciárias; dos gestores estratégicos de metas e de iniciativas nacionais; dos diretores, supervisores, assessores e servidores da Secretaria de Gestão Estratégia e Inovação, com suas divisões, e titulares das áreas correlatas nas seções e subseções judiciárias; de gestores e gerentes de projetos estratégicos integrantes da Carteira de Iniciativas Estratégicas da Justiça Federal da 1ª Região; de titulares e respectivos substitutos das unidades organizacionais do Tribunal e das seções e subseções judiciárias.

## SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA SUPERA METAS NA REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

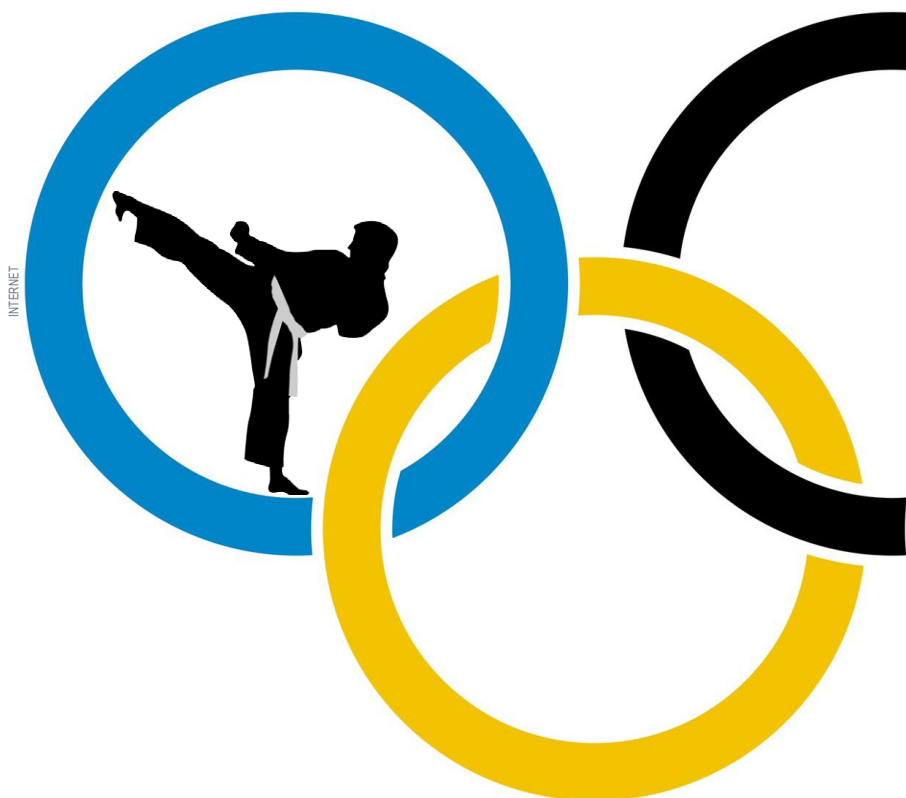
A Seção Judiciária de Roraima (SJRR) tem superado as metas na redução do consumo de energia elétrica desde o lançamento da “Campanha Menos é Mais”, promovida pela seccional no mês de março deste ano. A quantidade de kW consumidos entre os meses de março e junho teve redução média de 22,10% em relação ao mesmo período de 2015, o que representou uma economia de mais de R\$ 16 mil com esse tipo de despesa.

Entre as atividades que contribuíram para o alcance desses resultados estão a campanha de conscientização para otimizar o uso do elevador, a redução da quantidade de lâmpadas acesas nas áreas comuns, a revisão do acionamento de lâmpadas, a instalação de sensores de presença e a redução do funcionamento do sistema de climatização.

Com informações da SJRR

# BOLSA-ATLETA

TRIBUNAL GARANTE BOLSA-ATLETA A PRATICANTE DE KARATÊ POR SER CONSIDERADA MODALIDADE OLÍMPICA PELO COI



▼ GUILHERME CORRÊA/TS

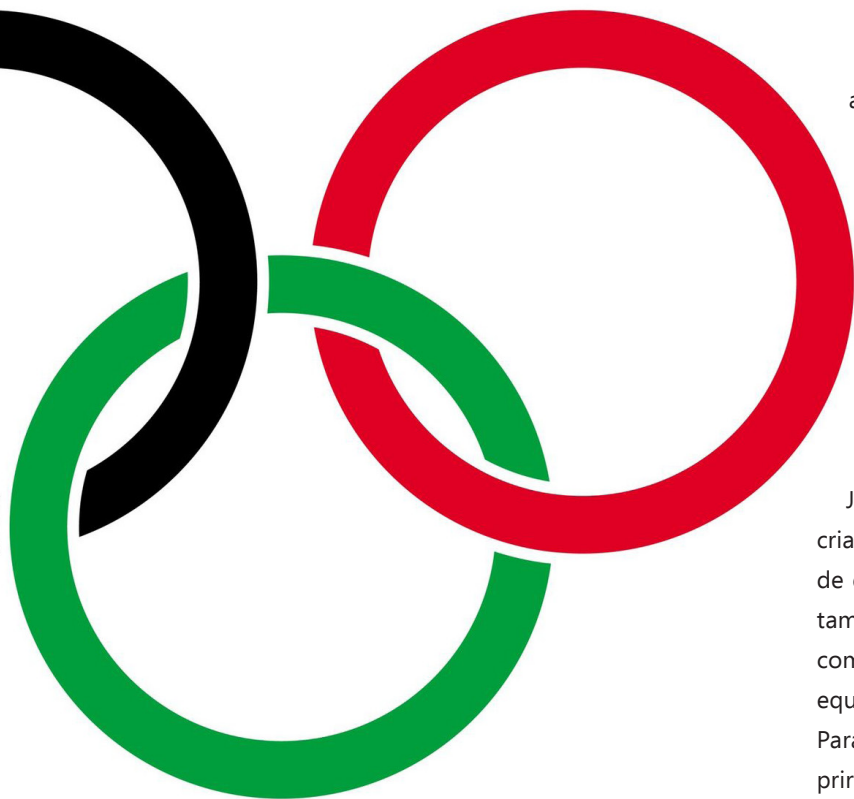
Já pensando nos próximos jogos, o Comitê Olímpico Internacional (COI) anunciou no dia 03/08, durante um congresso da entidade, a inclusão de cinco esportes que farão parte do programa olímpico nos jogos de Tóquio, no Japão. As novas modalidades incluídas são Surfe, Skate, Beisebol/ Softbol, Escalada e Karatê. Durante a abertura do congresso anual do COI, realizado na Cidade das Artes por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o presidente do comitê organizador da Olimpíada 2020, Yoshiro Mori, afirmou que o 'novo pacote' de esportes terá como objetivo atrair o público jovem.

Segundo o COI, a inclusão resultará no acréscimo de mais de 400 atletas. A novidade fez com que a próxima edição tenha o maior número de modalidades da história dos jogos, somando 33 esportes. Com a decisão, muitos atletas brasileiros praticantes das novas modalidades se manifestaram pelas redes sociais comemorando a decisão, podendo receber agora o *status* de atletas olímpicos.

Muitos desses atletas que competem nas Olimpíadas e/ou em outras competições no âmbito nacional recebem além de o apoio de patrocinadores, o incentivo do Governo Brasileiro em parceria com o Ministério do Esporte por intermédio do programa Bolsa-Atleta e do Ministério da Defesa também em parceria com o Ministério do Esporte, por meio do Projeto Atletas de Alto Rendimento.

Mas para receber os benefícios oriundos desses programas é preciso atender a alguns requisitos. Em julho deste ano, a 6ª Turma do Tribunal Regional da 1ª Região julgou uma apelação em que a União, à época, alegou ser inviável conceder os benefícios da Bolsa-Atleta a um praticante de Karatê que para fazer a solicitação precisava entregar alguns documentos obrigatórios. Acontece que, ao comparecer no dia solicitado, o atleta não apresentou os documentos exigidos. A lei determinava no ato da solicitação da bolsa, aos atletas que praticavam esportes não considerados na época esportes olímpicos, o cumprimento de certos requisitos e um deles era a entrega de alguns documentos. Em sua defesa, o carateca (nome dado aos atletas do esporte/de karatê) afirmou que a modalidade na época era reconhecida pelo Comitê Olímpico Internacional (COI) e que por essa razão não achou necessário apresentar os documentos exigidos.

Em nome do Ministério do Esporte, Layla Kaboudi, advogada da Advocacia-Geral da União (AGU), confirmou o imbróglio ocorrido durante o processo: "A lei vigente à época da solicitação dessa bolsa exigia daqueles atletas que queriam para esportes que eram consideradas modalidades não olímpicas o cumprimento de determinados requisitos como a entrega de alguns documentos. Acontece que o autor, o impetrante, na época, não apresentou um desses documentos sob o argumento de que, como o karatê na



época era reconhecido pelo Comitê Olímpico Internacional, ele não precisaria cumprir esses requisitos da lei”.

Em seu voto, o relator, desembargador federal Jirair Aram Meguerian, destacou que “ao tempo do requerimento do benefício a Lei nº 10.891/04 claramente reconhecia como esporte olímpico, para efeitos da política pública esportiva ora analisada, aquele vinculado ao Comitê Olímpico Internacional. Nesse sentido, considerando que a Confederação Brasileira de Karatê é vinculada ao COI e que a entidade reconhece o esporte como modalidade olímpica, a concessão do benefício é medida que se impõe, sendo inaplicável a interpretação da impetrada que “o Karatê, embora reconhecido, não seria vinculado ao COI”, por se tratar de condição não prevista em lei”.

**Bolsa-Atleta** – Criado pelo governo brasileiro em 2005, o programa Bolsa-Atleta é o maior programa de patrocínio individual de atletas do mundo. Os beneficiados são atletas de alto rendimento que atingem bons resultados em campeonatos nacionais e internacionais em sua modalidade. O programa tem como objetivo garantir a esses atletas condições mínimas para se dedicarem aos treinamentos e competições locais, sul-americanas, pan-americanas, mundiais, olímpicas e paralímpicas.

Em 2015, o programa completou dez anos com mais de 43 mil bolsas concedidas. No ano passado, mais 6.132

atletas de modalidades olímpicas e paralímpicas foram contemplados e outros 1.004 de modalidades não olímpicas.

Atualmente, o Ministério do Esporte oferece seis categorias para o benefício da bolsa, entre elas: Atleta de Base; Estudantil; Nacional; Internacional; Olímpico/Paralímpico. A sexta categoria foi uma iniciativa do Plano Brasil Medalhas, que tinha como objetivo colocar o Brasil entre os 10 primeiros países nos Jogos Olímpicos e entre os cinco nos Jogos Paralímpicos. A categoria, denominada Pódio, foi criada com a finalidade de apoiar os atletas com chances de disputar finais e medalhas olímpicas. Nela, os atletas também são beneficiados por outras fontes de recursos como uma equipe multidisciplinar, compra de material/equipamento esportivo e treinos/competições no exterior. Para obter tais benefícios, os competidores precisam cumprir alguns requisitos referentes à sua respectiva categoria, como ter idade mínima pré-estabelecida, estar vinculado a uma entidade de prática desportiva (clube), ter filiação à Entidade de Administração de sua modalidade, tanto em nível Estadual (Federação) como Nacional (Confederação), sendo o principal deles alcançar resultados expressivos nas competições disputadas.

Atualmente, 231 atletas de modalidades individuais (olímpicas e paralímpicas) são patrocinados com bolsas que variam de R\$ 5 mil a R\$ 15 mil.

O Ministério do Esporte avalia que o programa Bolsa-Atleta tem refletido de forma positiva no desempenho brasileiro em competições olímpicas. O impacto foi medido nos Jogos de Toronto 2015, onde dos 862 atletas convocados para o Pan-Americano e Parapan-Americano de Toronto 675 são apoiados pelos programas do governo federal, o que correspondeu a 78,4% das delegações.

Outra iniciativa que reflete os resultados desses investimentos é que com a inclusão do Karatê na próxima edição dos Jogos em Tóquio o programa vai se expandir aos atletas desta modalidade, ajudando-lhes nos seus rendimentos e em suas despesas com o esporte.

“Patrocínio para o esporte amador é muito difícil por que são muitas competições, e hoje a gente percebe que o atleta chegando entre os três melhores do Brasil ele recebe uma bolsa, e essa bolsa vem dar o suporte para ele e até mesmo para a família. Isso para o Karatê vai melhorar muito. Vai melhorar na parte financeira, pois o atleta vai

## Dos 465 atletas convocados, 358 (77%) recebem a Bolsa-Atleta; por ano, o investimento neles é superior a R\$ 18 milhões

ter como viajar. Financeiramente vai melhorar muito para o atleta. Isso é a realização de um sonho para todos nós que vestimos o quimono e fazemos o Karatê”, explica o técnico da Seleção de Brasília e da Seleção Brasileira (CBK), Gerardo Coelho.

Para a carateca Daniely Gisele Ferreira da Silva, “a bolsa-atleta é muito importante por que ela abre fronteiras para que os atletas possam expandir o seu conhecimento. A bolsa-atleta te ajuda a ir para vários campeonatos, pode ser aqui do lado ou numa competição internacional e ajuda bastante”. A lutadora passou a receber a bolsa este ano na categoria Nacional.



Gerardo Coelho é técnico da Seleção de Brasília e da Confederação Brasileira de Karatê (CBK)



Daniely tem 16 anos e treina desde os cinco

**Projeto Atletas de Alto Rendimento (PAAR)** – O Ministério da Defesa em sintonia com o planejamento do governo federal se uniu ao Ministério do Esporte com um objetivo específico: fortalecer o esporte nacional, apoiando os atletas de alto rendimento visando à melhoria de desempenho e à descoberta de novos talentos esportivos. De tal modo, foi criado em 2008 o Projeto Atletas de Alto Rendimento (PAAR) das Forças Armadas. A ação é alinhada ao trabalho estratégico do Comitê Olímpico do Brasil (COB), de confederações e de clubes com o objetivo de fortalecer o esporte brasileiro.

Inicialmente, a meta era ter uma delegação competitiva e representativa na 5ª edição dos Jogos Mundiais Milita-

### Saiba mais...



O ingresso do atleta nas Forças Armadas é voluntário. A convocação para integrar o PAAR é feita mediante edital público e inclui prova de títulos (currículo esportivo/resultados/ranking nacional). Os atletas são incorporados com graduações variadas, e os direitos salariais e todos os outros são exatamente os mesmos que os demais militares de graduação em serviço ativo têm.

Os atletas selecionados, inicialmente, frequentam um estágio básico de 45 dias, como aprender marchar, ficar em forma, prestar continência, etc, o que faz parte da rotina de todo militar na ativa. Em paralelo, podem continuar treinando e competindo conforme conveniência de suas modalidades e são chamados, periodicamente, a critério de cada Força, para uma reciclagem de instrução militar.

res, em 2011, no Rio de Janeiro, e, por isso, a Marinha e o Exército incorporaram em seus quadros os atletas do Time Brasil.

O investimento anual do Ministério da Defesa no Programa de Alto Rendimento é de aproximadamente R\$ 18 milhões, entre salários, benefícios, aquisição de equipamentos, uniformes, participação em eventos esportivos nacionais e internacionais e outros itens destinados ao aperfeiçoamento dos atletas.

Atualmente, 670 militares fazem parte do Programa Atletas de Alto Rendimento, sendo que 76 são militares de carreira e outros 594 temporários.

**Jogos Rio 2016** – Segundo informações do Ministério da Defesa, por meio de sua assessoria, a delegação brasileira que esteve nos Jogos Olímpicos era composta por 465 atletas, sendo que 145 eram militares (31%) que integram o PAAR. A meta era classificar 100 destes atletas, dobrar o número de medalhas obtidas nos Jogos de Londres e conquistar 10 pódios. Todas as metas foram alcançadas.

De todas as medalhas conquistadas pelo Brasil, pelo menos 12 foram de militares: sargentos do Exército Felipe Wu (prata no tiro esportivo), Poliana Okimoto (bronze na maratona aquática) e Rafael Silva (bronze no judô); sargentos da Marinha Rafaela Silva (ouro no judô), Mayra Aguiar (bronze no judô), Robson Conceição (ouro no boxe), Martine Graef e Kahena Kunze (ouro na vela), Alison e Bruno (ouro no vôlei de praia) e Ágatha e Bárbara (prata no vôlei de praia) e os sargentos da Força Aérea Arthur Nory (bronze na ginástica artística), Arthur Zanetti (prata na ginástica artística) e Thiago Braz (ouro no atletismo). ■

**A profissão deles é ser atleta, assim como a Marinha, o Exército e a Aeronáutica têm médicos, advogados, dentistas.**

**Na prática, a função dos atletas é defender o Brasil em campeonatos militares nacionais e internacionais, quando convocados, como é o caso dos Jogos Mundiais Militares. As delegações de atletas militares do País participam com regularidade de campeonatos do Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e da União Desportiva Militar Sul-americana (UDMSA).**

Fonte: Assessoria do Ministério da Defesa

## MAIS DE R\$ 4 BILHÕES na estruturação da Rede Nacional de Treinamento e no apoio a atletas desde 2009:

- R\$ 3 bilhões em infraestrutura
- R\$ 600 milhões por meio do Bolsa-Atleta
- Mais de R\$ 300 milhões em convênios
- Bolsa-Pódio investiu mais de R\$ 60 milhões

## Resultados



INTERNET

## MARCAS HISTÓRICAS

- Thiago Braz (Bolsa-Pódio)  
Ouro no salto com vara
- Robson Conceição (Bolsa-Pódio)  
Ouro no boxe, categoria 60 kg
- Pedro Henrique da Silva (Bolsa-Atleta)  
6º lugar na final da canoagem slalom
- Isaquias Queiroz (Bolsa-Pódio)  
3 medalhas, duas de prata e uma de bronze na canoagem velocidade
- Ane Marcelle (Bolsa-Atleta)  
9º lugar no tiro com arco

Fonte: Rio Media Center

# Mudar para melhorar

TRIBUNAL INICIA PROJETO QUE ESTIMULA A ADOÇÃO DE HÁBITOS SAUDÁVEIS PARA MELHORAR A SAÚDE E A QUALIDADE DE VIDA DO CORPO FUNCIONAL

▮ LEONARDO COSTA/THAINÁ SALVIATO

A preocupação com a saúde e o bem-estar dos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários permeia as ações e projetos desenvolvidos pelo TRF da 1ª Região desde a sua criação. Em 2000, o Tribunal elaborou o Programa de Prevenção e Controle dos Riscos Cardiovasculares (PPCRC), que é executado anualmente no mês de setembro e que tem o objetivo de prevenir o surgimento de doenças cardíacas e diagnosticar precocemente possíveis alterações relacionadas ao coração.

Recentemente, dados extraídos dos exames periódicos anuais do TRF da 1ª Região revelaram que mais de 70% dos

homens estão acima do peso e mais de 45% das mulheres encontram-se em situação similar. Essa realidade levou a Administração, por meio da Secretaria de Bem-Estar Social (Secbe), a desenvolver uma nova ação dentro do PPCRC, o TRF1 na Medida.

Com o Salão Nobre lotado por servidores, prestadores de serviço e estagiários, o novo projeto foi oficialmente apresentado aos mais de 200 participantes inscritos durante uma reunião inaugural realizada no dia 24 de agosto, no Tribunal.





Supervisora da Sevid, Aline Santos, explica como serão as atividades do TRF1 na Medida



Cristiane Neris, diretora da Seenf; Ionice de Paula Ribeiro, diretora da Secbe; Mônica Silva da Cunha, diretora da Disao; Ana Alice Siqueira, diretora da Diasa; e Daniella Maria Freire Meira Lima, da Sepsi

O objetivo do Programa é motivar e desafiar os participantes a adquirirem um estilo de vida saudável por meio de uma reeducação alimentar e de exercícios físicos adequados com a orientação de profissionais das áreas de nutrição, fisioterapia e enfermagem.

O evento foi aberto pela diretora da Secretaria do Bem-Estar Social (Secbe), Ionice de Paula Ribeiro, que destacou os benefícios do Programa para servidores e também para o Tribunal. “Essa atividade vai motivar os servidores a cuidarem melhor de si, e com isso melhorar a saúde, melhorar a qualidade de vida e, em consequência, reduzir o absenteísmo (falta ao trabalho)”, pontuou Ionice.

Desenvolvida pela Secbe, por meio da Divisão de Assistência à Saúde (Diasa) em parceria com a Divisão de Saúde Ocupacional (Disao), a ação, que terá a duração de 100 dias, pretende atuar, junto ao corpo funcional do Tribunal, como

parte da estratégia no controle e prevenção de fatores de risco, melhorando a qualidade de vida do trabalhador.

Uma das principais metas do TRF1 na Medida é a redução de 10% do peso corporal e de 20% do sedentarismo dos participantes. Segundo a supervisora da Seção de Promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (Sevid) e uma das coordenadoras da ação, Aline Campos, será desenvolvida uma série de atividades com intuito de estimular os participantes a atingirem seus objetivos. “O Tribunal vai oferecer aulas, oficinas e palestras para ajudar o pessoal a ficar motivado não só no começo do Programa, mas também pra ir até ao final com foco no objetivo para o qual o participante se inscreveu”, disse Aline.

A diretora da Diasa, Ana Alice Siqueira Carvalho, está otimista e acredita que o Programa ajudará a reverter os números revelados nos exames periódicos em um futuro

# TRF1 na MEDIDA

próximo. “Nós sabemos que 100 dias não mudam a vida de ninguém, mas se conseguirmos mudar o hábito de vida de alguém, e essa pessoa que não fazia atividade física começar a se exercitar, temos certeza de que no próximo periódico nós veremos uma redução nos níveis de fatores de risco que temos aqui”, enfatizou.

Mais de 200 pessoas se inscreveram no TRF1 na Medida e já realizaram a primeira pesagem e medição, que será o referencial para o cálculo do percentual eliminado no decorrer do projeto. O Projeto está intimamente ligado à prevenção e/ou ao tratamento de patologias causadas pelo sobrepeso, pela obesidade e pelo sedentarismo. Destacamos, dentre muitas outras, cardiopatias, diabetes do tipo 2, colesterol alto (LDL), hipertensão, apneia, depressão, artrite, problemas respiratórios, lesões de ossos e articulações, ronco, AVC e até câncer.

**Como funciona** – Para se inscrever no TRF1 na Medida, os participantes preencheram um formulário com seus dados pessoais, características corporais (peso e altura), hábitos alimentares e rotina de prática de atividades físicas. Também foi preciso que os inscritos comparecessem

à Diasa para medir a pressão arterial, e para aqueles que não fizeram os exames periódicos foi necessário realizar uma avaliação de saúde, com medição de peso, de altura e da pressão arterial, realização de exame cardiológico e avaliação médica para emissão de atestado de aptidão para atividades físicas.

Para estimular os participantes, o Programa conta com uma dinâmica de competição, onde os inscritos poderão concorrer na categoria individual e por grupos. Ao longo dos 100 dias, acontecerão 13 pesagens semanais e duas medições, que já contam como critérios eliminatórios, sendo obrigatório o comparecimento em pelo menos oito pesagens. Na categoria individual, ganhará a competição quem perder mais peso em medida percentual, conquista que será bem recompensada com seis meses gratuitos de academia com validade até dezembro de 2017; uma viagem de fim de semana para Caldas Novas/GO com acompanhante; um dia de *spa* e um *kit* de suplementos.

Na categoria por equipes, a avaliação será feita pela pontuação, que será cumulativa por semana e contabilizada da seguinte forma:

**5 PONTOS**

**Declaração de realização de exame periódico dos anos 2015 e/ou 2016 (entrega de todos os exames exigidos pela Portaria nº 38 de 17/02/2014). A declaração poderá ser previamente solicitada pelos ramais 5841/5291, na Divisão de Saúde Ocupacional (Disao).**

**3 PONTOS**

**Participação em oficinas promovidas pela equipe de saúde;**  
**Participação das atividades promovidas pelo Espaço Bem-Estar, como aluno matriculado, no mínimo duas vezes na semana, o que será comprovado por meio de controle interno da secretaria do local;**  
**Participação dos pedais promovidos pelo projeto Vem de Bike, por meio de controle interno;**  
**Participação no aulão promovido pelos instrutores da Brigada de Incêndio do Tribunal.**  
**Participação nos aulões esportivos promovidos pela equipe do TRF1 na Medida, durante o projeto.**



## 2 PONTOS

Participação no evento de abertura para apresentação no Projeto TRF1 na Medida no dia 24 de agosto;  
Comparecimento em cada pesagem semanal.

## 1 PONTO

Qualquer atividade física do participante, realizada três vezes na semana, a ser comprovada por fotos, no celular com registro da data e da hora, que deverão ser enviadas em um único e-mail à [sevid@trf1.jus.br](mailto:sevid@trf1.jus.br).

Ao comparecerem às medições e pesagens, os participantes também receberão orientações nutricionais e dicas para adquirirem hábitos mais saudáveis, além de desafios que deverão ser cumpridos de uma semana para a outra, como subir mais escadas e beber mais água. Todas as dicas e orientações também ficarão disponíveis na página do TRF1 na Medida, no portal do Tribunal, em que também poderão ser consultadas informações sobre as etapas do

projeto, cronograma de atividades e aulões, regulamento, além de *links* úteis, contatos da equipe organizadora e das profissionais em Nutrição e Fisioterapia. Para acessar a página, basta entrar no Portal do TRF1 ([www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)), clicar no botão "Servidor" e seguir o seguinte caminho no *menu* que aparecerá na lateral esquerda da página: "Serviços" > "Qualidade de Vida no Trabalho" > "Projetos" > "TRF1 na Medida". ■

» Servidor » Serviços » Qualidade de Vida no Trabalho » Projetos » TRF1 na Medida

A- A+ A A A A A A A A A A

### Ações e Programas

### Serviços

Biblioteca

Qualidade de Vida no Trabalho

Quem Somos

A QVT

Espaço Bem-Estar

Serviço Médico

Projetos

**TRF1 na Medida**

Vem de Bike

Eventos

Calendários

Pesquisas e Artigos

Legislação

Links Úteis

Fale Conosco

Calendário

Contracheque

e-mail

Imposto de Renda (DIRF)

Processo Seletivo

Ambientação

Espaço do Estagiário

Contatos

### TRF1 na Medida

- O Projeto
- Coordenação
- Inscrições
- Regulamento
- Cronograma
- Você Na Medida
  - Blog TRF1 na Medida
  - Orientação Alimentar
  - Mexa-se
  - Espaço Bem-Estar
  - Vem de Bike
  - Receitas
  - Artigos Científicos
- Eventos no DF
- Fique Sabendo
- Links Úteis
- Pergunte ao Especialista
- Fale Conosco



# Vem de Bike que é Legal!

RETOMADA DO PROJETO AMPLIA NÚMERO DE ADEPTOS DA BICICLETA  
COMO MEIO DE TRANSPORTE, LAZER E PROMOÇÃO DA SAÚDE

THAINÁ SALVIATO

Em maio deste ano, o TRF da 1ª Região retomou as atividades do projeto “Vem de Bike que é Legal”. A ação, promovida pela Administração por meio da Divisão de Assistência à Saúde (Diasa), visa estimular a mudança de hábito de todo o corpo funcional do Tribunal, convencer as pessoas de que a bicicleta é alternativa de transporte viável, com reflexos positivos na saúde do ciclista, e, ainda, incentivar o uso da *bike* no trajeto de casa ao trabalho.

Hoje, três meses após o reinício das atividades do projeto,

já é possível colher bons frutos. De acordo com a Seção de Qualidade de Vida no Trabalho (Sevid), antes da retomada do “Vem de Bike” eram 12 os funcionários que usavam a bicicleta para vir ao trabalho e, hoje, esse número aumentou para 25.

O “Vem de Bike” estimulou não só o uso da bicicleta como forma de lazer e atividade física, mas também como meio de transporte para vir ao trabalho e, ainda, incentivou pessoas que tinham medo de se aventurar pela cidade sobre duas rodas.

**“Vir de bicicleta para o trabalho, assim como fazer passeios de *bike* com os colegas do Tribunal, além de saudável, resgata a convivência com os colegas em um ambiente leve e agradável, diferente do estresse da atividade profissional” – Ionice de Paula Ribeiro, diretora da Secretaria de Bem-Estar Social**



FOTOS: RAMON PEREIRA



**“Vir de *bike* para o trabalho me ajudou a mudar minha percepção desta cidade. Mal comecei neste projeto e já estou descobrindo novos caminhos e novas possibilidades. Isso é gratificante. O projeto “Vem de Bike que é Legal” foi o grande motivador desta minha nova fase” – Marcela Correia, servidora na Assessoria de Relações Públicas e Cerimonial**

**“Comecei a pedalar devido ao estresse e ao sedentarismo. Tomei gosto pela *bike* e iniciei a atividade três vezes por semana com meus filhos e amigos. Percorri boas distâncias, indo até Pirenópolis/GO. Com o caos do trânsito, passei a deixar o carro em casa, levando minha bicicleta no metrô, e a pedalar cerca de 10 km por dia. Adaptando a famosa frase de Fernando Pessoa, pode-se dizer que ‘pedalar é preciso, viver não é preciso’” – Marcilio Soares, editor na Assessoria de Comunicação Social**



**“Andar de bicicleta é ter a oportunidade de desfrutar das maravilhas da nossa cidade. É encontrar amigos, conhecer pessoas e aproveitar momentos agradáveis. É sentir como um pássaro em subidas e descidas. Enfim, pedalar é estar em conexão com as diversas energias da vida. É por essas e outras que você não deve perder tempo; ande de bicicleta!” – Nara Cavalcante, servidora no gabinete do desembargador federal Souza Prudente**



“Moro a 5 km do Tribunal e só venho para o trabalho de bicicleta. Essa é a minha rotina há cerca de dois anos. De lá pra cá perdi 15 kg, aliando essa prática à boa alimentação. Hoje, vejo a bicicleta não apenas como meio de transporte, mas também como uma grande aliada da minha saúde e da qualidade de vida” – Paulo Alberto Rezende, agente de segurança da Seção de Transporte

“Ir de bicicleta para o trabalho é recompensador por diversos motivos: a conquista de espaço na cidade; o belo trajeto que posso traçar; a prática de exercício físico, com o aumento da capacidade cardiovascular e respiratória; a liberdade de parar quando e onde quiser e a facilidade de estacionar o “veículo”” – Rosana Baiôco Pereira e Silva, técnica judiciária, oficiala do gabinete do desembargador federal Souza Prudente



“Aprendi a andar de bicicleta aos 30 anos com a ajuda do meu filho. Hoje, superei a fase do medo e sinto que preciso melhorar pequenas manobras em lugares íngremes e estreitos. Também já participei de competições de corrida e ciclismo (Duathlon) e fui vencedora na modalidade da minha faixa etária. Meu próximo desafio é vir de *bike* para o Tribunal” – Neslita da Costa Silva, servidora na 7ª Turma

“Acho importante usar a *bike* para vir trabalhar. É uma forma de praticar atividade física diariamente ao ar livre e de proporcionar o bem-estar durante todo o dia” – Yuri Oliveira de Andrade Freitas, diretor da Divisão de Projetos de Sistemas



“Vir para o TRF de *bike* otimiza o meu tempo. A prática do pedal ajuda na qualidade de vida e no rendimento do trabalho. É uma oportunidade para fazer uma atividade física e sair do sedentarismo sem ter o estresse de procurar uma vaga para o carro. Além disso, de bicicleta posso ver a cidade e seus locais turísticos por outro ponto de vista” – Anderson Polissene Clifford, servidor na Seção de *Softwares* Corporativos

“Pedalar é quebrar o paradigma de que uma andorinha só não faz verão. Talvez, apenas um ciclista não faça diferença para o meio ambiente, mas ele representa um ato de coragem e de ousadia. Cada ciclista é como se fosse uma flor, e em breve seremos muitas flores na capital do País” – Vera Carpes, servidora na Assessoria de Comunicação Social (Ascom)



“Venho de *bike* para o trabalho porque, além de rejuvenescer e, no meu caso, perder peso, me sinto um garoto. Minha meta é me sentir bem, aliviar o estresse e sentir o aroma do bosque da ciclovia em que passo. Tudo isso me dá muita alegria e satisfação” – José Mario Braga Lopes, servidor no gabinete do desembargador federal Hercules Fajoses

# Justiça pela vida

JUÍZO DE RONDÔNIA VIVE O OUTRO LADO DA DECISÃO JUDICIAL EM QUE MÃE RETORNA PARA AGRADECER POR LIBERAÇÃO DE CIRURGIA QUE SALVOU SUA FILHA

▼ ANTÔNIO SERPA DO AMARAL FILHO (ASCOM/SJRO)/TS

Com a filha no colo, Antônia Silvana Pereira do Nascimento esteve, no dia 18 de agosto, na Secretaria da 1ª Vara Federal da Seção Judiciária de Rondônia (SJRO) para agradecer a todos os servidores pela dedicação que tiveram com a Ação Ordinária nº 8406-39.2015.4.01.4100 em que ela reivindicava serviço de atendimento médico para sua filha, Vanessa Valentina, nascida com síndrome de Down e cardiopatia congênita (defeito septo átrio ventricular total tipo C de Rastelli). Antônia acredita que sua filha foi salva graças à intervenção da Justiça Federal por intermédio de decisão liminar do Juízo da 1ª Vara, sob o comando do juiz federal Dimis Braga, que garantiu a cirurgia de urgência de que a criança necessitava. Valentina foi operada do coração, hoje está com a saúde em dia e é uma criança ativa e muito carinhosa.

Mas nem sempre foi assim. É preciso voltar ao meio do ano de 2015 para resgatar o histórico desse episódio emocionante. O pedido administrativo para o tratamento fora de domicílio foi anterior ao ajuizamento da ação, pois desde o nascimento de Vanessa Valentina a mãe, que tinha conhecimento de que a cirurgia deveria ser feita até os seis meses da criança, abandonou suas funções de advogada para se dedicar exclusivamente aos cuidados da filha recém-nascida. Todavia, Antônia sempre ouvia dos responsáveis na Secretaria de Saúde do Estado que a filha precisava ganhar peso para ser submetida à cirurgia, ficando em uma situação sem saída: a criança precisava ganhar peso para a cirurgia e não ganhava peso em virtude da doença.

Antes de ajuizar a ação e diante da falta do deferimento do tratamento fora de domicílio (TFD) pelo Estado, Silvana soube que o Hospital de Messejana, em Fortaleza/CE, realizava a cirurgia. Profissionais estudaram o caso e indicaram procedimento cirúrgico urgente. A médica responsável, Vera Becker, requereu o procedimento TFD para Valentina, que também foi examinada no Hospital Público Infantil Albert Sabin, de Fortaleza, Ceará. Lá ela também foi informada que a filha precisava ganhar mais peso e que sem o TFD não seria feita a cirurgia.



Silvana e a menina Valentina durante a visita à SJRO

Diante das negativas, em julho do ano passado a mãe de Valentina ajuizou ação ordinária com pedido de antecipação da tutela requerendo a condenação dos demandados (União, Estado de Rondônia e Município de Porto Velho) à obrigação de prestar tratamento médico fora do domicílio e de providenciar a cirurgia cardíaca que poderia salvar a vida da criança. Valentina nasceu em 15 de janeiro de 2015 e à época do ajuizamento da ação estava com seis meses de vida.

O juiz federal Dimis Braga deferiu de forma imediata a liminar para a inclusão no Programa TFD, sob pena de multa e sequestro do valor para realização da cirurgia pela rede privada. Segundo o juiz, "não poderia fazer de outra forma, pois a mãe trouxe a criança na ocasião do ajuizamento, e eu a tomei nos braços, magrinha, raquítica, era outra criança em relação a essa das fotos ora publicadas". Não cumprida a liminar pelo Estado no prazo, a mãe reclamou solicitando o sequestro do valor necessário, sem dizer o valor. Então, o magistrado deferiu o sequestro de R\$ 250 mil e determinou que fosse apresentado o valor real da cirurgia, bem como o hospital que realizaria o procedimento. O caso de Valentina foi inscrito no serviço de Tratamento Fora Domiciliar (TFD) e também no Cadastro Nacional de Regulação de Alta Complexidade do Ministério da Saúde.

O Estado, pela Central Nacional de Regulação de Alta Complexidade do Ministério da Saúde (CNRAC), cumpriu

a liminar, mas designou a cirurgia em um Hospital da Região Metropolitana de Curitiba, para 25 dias depois, mas a criança já tinha completado seis meses e logo apresentaria sangue nos pulmões em razão do problema cardíaco que tinha e não resistiria até lá. A mãe, Silvana, no mesmo dia fez contato com o Hospital Pequeno Príncipe, referência no País em cirurgia cardiopediátrica, e anexou ao processo a informação de que a cirurgia poderia ser feita lá imediatamente, ao custo de R\$ 411 mil, incluindo internação e cirurgia. Foi designada, então, audiência para o dia seguinte, determinando a presença da servidora responsável pelo CNRAC, da Secretaria de Saúde de Rondônia (SESAU/RO), para dirimir a questão definitivamente.

Na audiência, a servidora da Secretaria de Saúde foi questionada se o Hospital Pequeno Príncipe seria conveniado ao Sistema Único de Saúde (SUS). Ela disse achar que sim, mas, na falta de resposta exata, foi suspensa a audiência por 60 minutos e determinado ao Estado que trouxesse aos autos a informação por escrito. Veio por certidão positiva a informação no sentido de que o hospital é conveniado ao SUS. Diante da notícia de que o hospital tinha todas as condições para fazer a cirurgia imediatamente, bem como do laudo oficial da profissional pública do Estado de que aquele era o hospital mais indicado, o magistrado determinou o procedimento do TFD do Hospital para o Hospital Pequeno Príncipe (HPP) de Curitiba.

Então, em audiência realizada em 7 de agosto de 2015, a esperança renasceu para os pais de Valentina, e ficou decidido que a cirurgia seria feita no Estado do Paraná, como esclarece o juiz Dimis Braga: "Não é sempre que a gente tem a oportunidade de colaborar para a garantia da vida. A gente tinha consciência da importância do nosso trabalho naquele momento. O Poder Judiciário com seus auxiliares funcionou como instrumento, bem como aqueles que aturam no caso – a advogada Myriam Barnabé, que trabalhou muito bem no manejo da ação, junto com a Advocacia da União, com o Dr. Maurício Macagnan, cobrando e exercendo a força executória e levando o Serviço Nacional de Regulação de Alta Complexidade a atuar. Esse

órgão tinha oferecido outro hospital e um prazo mais dilatado, e nós determinamos a cirurgia imediata no Hospital Pequeno Príncipe, de Curitiba/PR, tido como de ponta e de referência no País. Hospital este escolhido pela mãe e pela médica responsável, Dra. Vera Becker. Valentina tinha que fazer a cirurgia até os seis meses, e já estava passando do tempo. Então, era fundamental que fosse o procedimento realizado imediatamente. A informação de que o Hospital Pequeno Príncipe era conveniado nós recebemos durante a suspensão da audiência. Já tinha sido determinado o sequestro de verba para fazer a cirurgia em hospital particular, usando os poucos recursos do Estado de Rondônia, R\$ 410 mil aproximadamente, com agenda cirúrgica só para outubro. Entretanto, vi que o Hospital Pequeno Príncipe poderia, então, fazer também a intervenção cirúrgica por intermédio do seu convênio com o SUS, porque a vida humana não tem preço. O hospital, após um pouco de resistência, compreendeu e fez um excelente trabalho, pelo que nós enviamos ofício de agradecimento e felicitações pela capacidade da equipe médica e técnica daquele hospital".

Hoje, a criança Vanessa Valentina goza de plena saúde, e sua mãe, emocionada, agradeceu a todos os servidores da 1ª Vara, bem como ao juiz Dimis Braga, ao advogado da União e também à sua advogada, Myriam Barnabé de Souza, e à equipe médica, que realizou a operação, pelo trabalho e esforço que resultaram na recuperação da saúde de sua filha. ■



Irmã mais velha de Vanessa Valentina, Vitória; juiz federal Dimis Braga com a menina Vanessa e a mãe Antônia Silvana Pereira do Nascimento

## AMAPÁ

### Subseção Judiciária de Laranjal do Jari realiza audiência pública para tratar da pavimentação da BR-156

▀ POR JOAQUIM DA SILVA OLIVEIRA - SJJ LARANJAL DO JARI

No dia 29 de agosto, a Subseção Judiciária de Laranjal do Jari/AP realizou uma audiência pública para tratar da pavimentação e da conservação da BR-156, trecho sul, único acesso por via terrestre aos municípios de Laranjal do Jari e de Vitória do Jari. A audiência foi designada na Ação Civil Pública nº 418-20.2016.4.01.3101, proposta pelo Município de Laranjal do Jari em face da União, do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e do Estado do Amapá e contou com a presença de várias autoridades direta e indiretamente interessadas, dentre elas superintendentes do DNIT e do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama). Também participaram representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Governo Estadual, do Ministério Público Estadual, da Diretoria do Fórum da Comarca local e representantes do Consórcio BR-156, além de um parlamentar federal e presidentes de associações e de movimentos populares da localidade.

De acordo com o juiz federal que presidiu a audiência, João Bosco Costa Soares da Silva, “a transformação de uma simples audiência de conciliação em uma audiência pública teve como principais objetivos a identificação de entraves e o encontro de solução pacífica e eficaz, com vistas ao início e à conclusão das obras de pavimentação da BR-156, projeto tão almejado pela sociedade amapaense que há muito sofre com buracos, atoleiros e poeira ao longo da rodovia em diversas épocas do ano”. A pavimentação é tencionada pelo Estado brasileiro desde o ano de 1973.

O magistrado considerou que a oitiva das partes e a discussão da matéria durante a audiência serviram de base para a prolação das duas decisões. A primeira, no dia 30 de agosto, determina, em síntese, que o Estado do Amapá, por intermédio da Secretaria de Transportes (Setrap), juntamente com o DNIT e o Consórcio BR-156 formalizem aditivo ao Termo de Compromisso nº 142/DNIT/AP, firmado para a pavimentação dos primeiros quilômetros de Macapá ao Vale do Jari, o chamado lote 04. O aditivo será sem reflexo financeiro e com vistas à elaboração do Inventário Florestal, do Estudo Arqueológico e da Campanha de Fauna dos lotes 01, 02 e 03 da BR-156 a cargo do Consórcio BR-156. Aos órgãos ambientais foi dado prazo determinado para que apreciem e decidam sobre quaisquer projetos e ajustes ao Plano Básico Ambiental apresentados pelas empresas responsáveis.

Na segunda decisão, datada do dia 2 de setembro, o juiz federal João Bosco determinou ao DNIT, de forma urgente, que assegure a inclusão na proposta orçamentária de 2017 dos valores necessários para a implementação das obras nos lotes 03 e 04, bem como a inclusão dos valores estimados pelo próprio DNIT para viabilizar o início das obras de pavimentação dos lotes 01 e 02 ainda em 2017.

Para a população local, a audiência foi de grande importância, e o processo judicial resultará em grandes benefícios para o desenvolvimento socioeconômico da região. Rosilene Magalhães, colaboradora na sede da Subseção Judiciária e moradora da região, acredita que a audiência foi um marco histórico para o Vale do Jari, pois além de envolver um assunto tão complexo, serve como exemplo de que o Judiciário está mais próximo da sociedade. “Caso este sonho de asfaltamento da BR-156 se concretize, será um feito que a Justiça Federal ajudou a construir, deixando para os mais de 61 mil habitantes de todo o Vale do Jari um grande legado”, declarou a servidora. ■

Processo nº: 418-20.2016.4.01.3101/AP (Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/PI).

## BAHIA

### JF em Feira de Santana determina recuperação de imóvel tombado da antiga Estação Ferroviária de São Félix

▼ POR LUIZ GOULART - SECOS/BA

O juiz federal da 2ª Vara da Subseção de Feira de Santana, Eudócio Cêspedes Paes, em ação civil pública movida pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e o Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transportes (DNIT) condenou o Instituto a elaborar, em até 120 dias, projeto de recuperação total do imóvel tombado em que funcionava a Estação Ferroviária de São Félix, além de executar, em até 12 meses, as respectivas obras, sujeitando-se o Iphan, em caso de descumprimento, à multa diária de mil reais. Ao DNIT, o magistrado determinou que libere recursos em até seis meses para que o Instituto execute as obras, sob pena de multa diária de igual valor.

O MPF pleiteou a restauração da antiga Estação Ferroviária de São Félix, também conhecida como "Estação Central da Bahia", situada naquele município, que se encontra seriamente comprometida, com risco iminente de desabamento e incêndio, além de ter sido destinada a finalidades incompatíveis com sua natureza, como uma marcenaria e uma academia de musculação.

Mais de 700 moradores de São Félix subscreveram abaixo-assinado encaminhado ao MPF e, de forma pacífica, ocuparam o local. A estação foi inaugurada em 1881, e desta estação a linha de trem fazia a ligação entre Salvador e as cidades do Recôncavo e, ainda, os estados de Minas Gerais e do Piauí. Símbolo do desenvolvimento da cidade, a estação era um importante ponto de escoamento de mercadorias e significou uma revolução no sistema socioeconômico do Recôncavo.

A estação tem características de construção do estilo neoclássico, e um de seus destaques é o grande relógio que ocupa a parte superior externa da estação e que marcava as horas do trem. O Iphan e a Polícia Federal realizaram vistorias recentes no imóvel, constatando que o prédio estava em situação crítica de conservação, com sinais de abandono e em estado de degradação, além de outros problemas.

De acordo com a sentença, "a prova produzida nos autos demonstra a necessidade de adoção de medidas de conservação e recuperação, tendo em vista tratar-se de bem tombado no interesse do Patrimônio Histórico Nacional, a fim de se evitar o agravamento e a perpetuação desses danos, bem como garantir a estabilidade estrutural do imóvel, o qual deve ser especialmente preservado e protegido".

O magistrado considerou que a responsabilidade do Iphan decorre da Lei nº 11.483/2007, que determina que cab e ao Instituto administrar bens móveis de valor artístico, histórico e cultural oriundos da ex-Rede Ferroviária Federal S.A. (RFFSA) e zelar pela sua manutenção. Em relação ao DNIT, a propriedade do imóvel foi-lhe transferida após a extinção da RFFSA por intermédio da Medida Provisória nº 353/2007, convertida na Lei nº 11.483/2007. ■

Processo nº: 8226-20.2014.4.01.3304/BA

## PIAUÍ

### Justiça Federal no Piauí destina recursos permanentes ao Parque Nacional da Serra da Capivara

▀ POR SOCORRITA RUFINO - SECOS/PI E THAINÁ SALVIATO - ASCOM/TRF1

A Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/PI – em sentença proferida pelo juiz federal Pablo Enrique Carneiro Baldvieso, nos autos da ação civil pública ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil-Seccional do Piauí contra a União, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) – julgou parcialmente procedente o pedido que objetivava assegurar a destinação de recursos financeiros para a manutenção e a preservação do Parque Nacional da Serra da Capivara.

Para tanto, o juízo sentenciante estabeleceu, dentre outras providências, obrigações nos termos em que:

- O ICMBio adote todas as medidas necessárias para elaboração do plano de manejo do Parque;
- Os réus exerçam o poder de polícia no sentido de coibir quaisquer ações depredatórias no Parque Nacional da Serra da Capivara e implementem o Plano de Manejo a ser elaborado.
- A União deverá, ainda, no prazo de um ano, implementar um plano regional específico de preservação do Parque;
- O Ibama providencie a implantação permanente e anual da redesignação de recursos de compensação ambiental para o Parque, além de a liberação imediata de verbas disponíveis.

Em caso de descumprimento da decisão, foi fixada a multa diária de R\$10.000,00 (dez mil reais) e a condenação solidária de todos os réus ao pagamento de indenização no valor de 500 salários mínimos direcionada ao Fundo de Defesa dos Direitos Difusos, determinando a sua utilização somente com a preservação, manutenção e funcionamento do Parque Nacional da Serra da Capivara.

O magistrado ordenou, ainda, que a liberação dos valores deve seguir as seguintes condicionantes: julgamento dos recursos de agravos de instrumento em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região bem como o oferecimento de caução suficiente e idônea pelos autores, conforme disposto no art. 520, IV, do Código de Processo Civil. ■

Processo nº: 4032-74.2015.4.01.4004/PI.



INTERNET



## TRF1

### TRF1 afasta a prescrição do direito de indenização a vítima de Talidomida

▼ POR VERA CARPES - ASCOM/TRF1



INTERNET

A 6ª Turma do TRF da 1ª Região acolheu parcialmente a apelação interposta por uma vítima de Talidomida contra a sentença da Vara Única de Varginha que declarou a prescrição em relação ao seu pedido de indenização por dano moral com fundamento no art. 1º do Decreto nº 20.910/1932.

A Talidomida é uma substância utilizada como sedativo. Entretanto, por seus efeitos, o produto deve ser evitado durante a gravidez e em mulheres que podem engravidar, pois causa má-formação ou ausência de membros no feto.

A apelante esclarece que nasceu no ano de 1965 e foi “vítima da primeira geração de vítimas da Talidomida” e que somente no ano de seu nascimento o medicamento foi retirado de circulação no Brasil, ficando evidente, em seu entender, a falha no serviço prestado pelo Estado, que não impediu o uso da substância em gestantes. Argumenta que as lesões sofridas provocam constrangimentos, além de causarem limitações em seu cotidiano.

Ao analisar o caso, o relator, desembargador federal Daniel Paes Ribeiro, destacou que em 13 de janeiro de 2010 foi editada a Lei nº 12.190 que concede “indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da Talidomida”, razão pela qual, de acordo com ele, naquela data a requerente adquiriu o direito à indenização. Assim, a pretensão dela não está sujeita à prescrição em 17/03/2010.

Segundo o magistrado, “os laudos médicos que instruem a lide não se prestam a demonstrar, de forma inequívoca, o mal que realmente prejudica o estado de higidez física da requerente, pois os únicos que mencionam a possibilidade de se tratar da síndrome da Talidomida tomaram por base a simples afirmação da própria demandante de que sua genitora fez uso do medicamento durante o período de gestação”.

O Colegiado, para não prejudicar eventual direito de que a parte seja titular, determinou o retorno dos autos à origem para o regular processamento da ação, inclusive com a realização de perícia.

A Turma, desse modo, acompanhando o voto do relator, deu parcial provimento ao recurso. ■

Processo nº: 2010.38.09.000845-1/MG

# Além

## Além das estações



▼ ANA LUIZA NOGUEIRA/TS

No período de 1º a 12 de agosto, o Espaço Cultural do Tribunal Regional Federal da 1ª Região recebeu a mostra “Além das Estações”, das artistas Zuleika Ávila e Juliana Pimenta. Da avó à neta, a inspiração atravessou gerações e foi parar nos quadros, cuja atmosfera de beleza e talento emprestaram graça ao Tribunal no início do mês.

Zuleika Ávila começou a trabalhar a arte dos desenhos a lápis *crayon* traçando expressões faciais quando ainda bem jovem. Ao chegar à fase adulta, foi convidada por uma colega a conhecer as várias técnicas ensinadas no Instituto Santa Marcelina, no Lago Sul, em Brasília. “Percorri desde a arte em Barroco, Faiança, Arte Sacra, Laca Chinesa,

Policromia e, atualmente, trabalho com óleo sobre tela, por mais de 15 anos”, diz a artista. Ela afirma se sentir realizada ao ocupar a mente com o pincel. “No ambiente artístico, aprendi a dissecar as preocupações diárias”, conclui.





Juliana Pimenta é neta de Zuleika e filha do servidor Eiraldo Francisco Cunha Pimenta e, assim como a avó, encontrou na pintura uma forma de lidar com o cotidiano. Segundo a artista, a pintura é como uma terapia: “aos 18 anos, senti necessidade de um refúgio para lidar com meus sentimentos e via minha avó pintando lindamente...”, relembra Juliana, que confessou ter vivenciado um hiato nas artes. “Meu primeiro contato de fato com a pintura foi quanto tinha dez anos. Cheguei a fazer um curso, por cerca de dois anos, mas parei com todas as atividades artísticas para cuidar de outras prioridades”, diz. Apesar do tempo que ficou sem pintar, não esconde sua admiração pela técnica: “eu sempre gostei muito de desenhar... não me lembro exatamente quando começou, mas adorava chegar da escolinha e ir desenhar, não tinha coisa melhor pra mim do que ganhar uma caixa nova de lápis de cor de várias cores!”.

Para a avó Zuleika, a oportunidade de expor no TRF1 proporcionou, além de a divulgação da arte, a oportunidade de ampliar o elo de comunicação com a neta “com um pensamento de pura cumplicidade”. ■

Contatos das artistas:

Juliana Pimenta: (61) 99969-0812

Zuleika Ávila: (61) 999848703



# INSPIRA, EXPIRA!

A INCIDÊNCIA DE ASMA, DE RINITE E DE DPOC DEVE AUMENTAR NOS PRÓXIMOS ANOS, E OS CUIDADOS COM A SAÚDE RESPIRATÓRIA PODEM ALIVIAR OS SINTOMAS, PREVENIR E CONTROLAR ESSAS DOENÇAS



As Doenças Respiratórias Crônicas (DRC) atingem tanto as vias aéreas superiores (nariz, fossas nasais, boca, faringe e laringe) quanto as vias aéreas inferiores (traqueia, brônquios e pulmões). A asma, a rinite e a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) são as mais comuns entre as DRC que estão aumentando em prevalência, particularmente, entre crianças e idosos, como mostra o “Caderno de Atenção Básica – Doenças Respiratórias Crônicas”, publicado em 2010 pelo Ministério da Saúde.

O Caderno aponta dados da Organização Mundial de Saúde (OMS) e do Banco Mundial que estimam que quatro milhões de pessoas com DRC podem ter morrido prematuramente em 2005 e que as projeções são de aumento considerável do número de mortes no futuro.

De acordo com o Ministério da Saúde, a rinite pode ser considerada a doença de maior prevalência entre as doenças respiratórias crônicas e representa um problema global de saúde pública, pois acomete entre 20% e 25% da população geral. Apesar dos sintomas corriqueiros e de menor gravidade, a rinite está entre as dez razões mais frequentes de atendimentos na Rede de Atenção Primária à Saúde do Sistema Único de Saúde (SUS).

A asma também atinge parte considerável da população, cerca de 300 milhões de indivíduos em todo o mundo. Associada muitas vezes à rinite, é muito comum em crianças, o que, de acordo com o Ministério da Saúde, sugere o aumento da prevalência geral da asma nos próximos anos. Em 2010, o Brasil já ocupava a oitava posição mundial em prevalência de asma. Em 2007, a doença foi responsável por mais de 270 mil internações e 2.500 óbitos, de acordo com o Departamento de Informática do SUS (DataSUS).

Outra doença respiratória que merece atenção é a doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), que afeta mais de 200 milhões de pessoas, é a quarta causa de mortalidade e representa 4,8% das mortes em todo o mundo. O Projeto Latino-Americano de Investigação em Obstrução Pulmonar (Estudo Platino), realizado em cinco capitais de países do Continente Americano (Cidade do México, Caracas, São Paulo, Montevidéu e Santiago) entre 2002 e 2004, mostrou que a DPOC era prevalente em 15,6% das pessoas acima de 40 anos no estado paulista. A pesquisa mostrou que 25% dos fumantes tinham a

doença, dado que resultou na estimativa de que existam 7,5 milhões de pessoas com DPOC no Brasil. A DPOC está entre a quinta e a sexta das principais causas de óbito no País, tendo sido responsável por cerca de 30 mil mortes anuais no período de 2000 a 2005.

Estas são as doenças respiratórias mais incidentes na população mundial e brasileira, e para preveni-las e tratá-las é preciso conhecer melhor os fatores de risco para a sua incidência e como cada uma delas atinge o corpo.

O tabagismo, a poluição ambiental, os alérgenos (substâncias que podem provocar reações alérgicas), os agentes ocupacionais e outras enfermidades como esquistossomose e doença falciforme são indicados como fatores de risco para as doenças respiratórias crônicas, além de pneumonia, bronquite e tuberculose, por estas causarem cicatrizes nas vias aéreas.

Outro fator preponderante para o aparecimento dessas doenças é o clima, pois no inverno brasileiro, com as baixas taxas de umidade relativa do ar, vento frio e muita poeira, o sistema respiratório fica sobrecarregado.

**Rinite alérgica** – consiste na inflamação aguda ou crônica, infecciosa, alérgica ou irritativa da mucosa nasal. Os casos agudos são, em maioria, causados por vírus, enquanto os casos crônicos são, geralmente, determinados pela rinite alérgica resultante da exposição a alérgenos. A rinite pode apresentar duas fases. A primeira, chamada de imediata, ocorre minutos após o estímulo causador, ao passo que a segunda fase, chamada de tardia ou inflamatória, acontece de quatro a oito horas após o estímulo.

Os sintomas mais comuns são coriza (rinorreia aquosa), obstrução ou prurido nasal e espirros. Muitas dessas manifestações podem vir acompanhadas de sintomas oculares como prurido, vermelhidão e lacrimejamento. Nos casos crônicos pode ocorrer perda do paladar e do olfato.

Os principais alérgenos ambientais que podem desencadear ou agravar a rinite são ácaros da poeira domiciliar, baratas, fungos, urina e saliva de animais. Existem ainda alguns agentes irritantes específicos, que são a fumaça de cigarro e compostos voláteis presentes em produtos de limpeza e de construção.

O diagnóstico é clínico com base no histórico do paciente e em exame físico. A classificação da gravidade é feita com base na intensidade dos sintomas e no seu impacto sobre a qualidade de vida do paciente. De acordo com o Allergic Rhinitis and its Impact on Asthma

(ARIA), a rinite pode ser intermitente leve; intermitente moderada/grave; persistente leve; persistente moderada/grave. O tratamento da rinite alérgica é baseado no alívio dos sintomas, e as principais drogas utilizadas são os anti-histamínicos orais e os corticoides intranasais.

Frequência e duração dos sintomas	
Intermitente	< 4 dias por semana <b>ou</b> < 4 semanas de duração (ano)
Persistente	≥ 4 dias por semana <b>e</b> > 4 semanas de duração (ano)
Intensidade	
Leve	- Sono normal - Atividades normais (esportivas, de recreação, na escola e no trabalho) - Sem sintomas incômodos
Moderada ou grave	- Sono anormal - Interferência nas atividades diárias, esportivas e/ou de recreação - Dificuldades na escola e no trabalho - Sintomas incômodos

Fonte: Cadernos de Atenção Básica/MS modificado de ARIA 2008

**Asma** – É uma doença inflamatória crônica, caracterizada por hiper-responsividade das vias aéreas inferiores e por limitação variável ao fluxo aéreo, reversível espontaneamente ou com tratamento. É uma condição multifatorial determinada pela interação de fatores genéticos e ambientais.

O diagnóstico é clínico, e sempre que possível deve ser realizada a prova de função pulmonar para confirmação do diagnóstico e classificação da gravidade. A asma pode ser classificada em intermitente e persistente (leve, moderada e grave).

O tratamento é feito com medidas ambientais como a adoção de capa impermeável para a cama, lavagem das roupas de cama com água quente, redução de objetos que acumulem poeira em casa, remoção de animais como cães e gatos ou permanência desses animais do lado de fora da casa. As medidas para asma podem ser classificadas entre aquelas voltadas para controle e prevenção de crises e outras manifestações da doença (dispneia e tosse) e aquelas para alívio das crises. Os corticoides inalatórios são os principais medicamentos, e os beta-agonistas de ação rápida associados aos corticoides sistêmicos são os mais efetivos para o alívio das crises, tanto em crianças como em adultos de qualquer idade.

Classificação	Sintomas		$\beta_2$ curta duração para alívio	PFE ou VEF1 (% previsto)	Variação PFE ou VEF1 (% previsto)
	Dia	Noite			
Intermitente	< 1x/semana Atividades normais Exacerbações breves	< 2x/mês	≤ 1x/semana	≥ 80%	< 20%
Persistente leve	> 1x/semana, mas não todo dia Crises podem afetar atividades e sono	> 2x/mês e < que 1x/semana	≤ 2x/semana	≥ 80%	< 20 a 30%
Persistente moderada	Diários Crises podem afetar as atividades	> 1x/semana	Diariamente	60-80%	> 30%
Persistente grave	Contínuos, diários Crises frequentes Atividades limitadas	Frequentes	Diariamente	≤ 60%	> 30%

Fonte: Cadernos de Atenção Básica/MS modificado de ARIA 2008 e IV Consenso Brasileiro de Asma 2006

Dispneia	Progressiva (piora ao longo do tempo) Geralmente piora com exercícios Persistente (presente todos os dias) Descrita pelos pacientes como "esforço aumentado para respirar", "fraqueza"
Tosse crônica	Pode ser intermitente e pode ser não produtiva
Expectoração crônica	Qualquer padrão
História de exposição crônica a fatores de risco	Tabagismo Poeiras ocupacionais Fumaça intradomiciliar (fogão a lenha, carvão, combustível)

Fonte: Cadernos de Atenção Básica/MS modificado de Global Initiative for Chronic Obstructive Lung Disease)

**DPOC** – A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) é uma doença prevenível e tratável que consiste na limitação do fluxo aéreo pulmonar, parcialmente reversível e geralmente progressiva. Essa limitação é causada por uma associação entre doença de pequenos brônquios (bronquite crônica obstrutiva) e destruição de parênquima (enfisema).

A bronquite crônica é definida clinicamente pela presença de tosse e de expectoração na maioria dos dias por no mínimo três meses/ano durante dois anos consecutivos. Já o enfisema pulmonar é definido anatomicamente como aumento dos espaços aéreos distais ao bronquíolo terminal, com destruição das paredes alveolares.

O diagnóstico da DPOC é clínico e deve ser considerado para todas as pessoas expostas ao tabagismo ou à poluição ocupacional que apresentem dispneia, tosse crônica e expectoração.

Os critérios clínicos são suficientes para estabelecer o diagnóstico da DPOC, porém, se possível, recomenda-se a confirmação espirométrica, também conhecida como prova de função pulmonar ou prova ventilatória.

Para tratar a DPOC, o Ministério da Saúde indica que os pacientes façam exercícios físicos regulares, além de o tratamento farmacológico que é baseado no uso de broncodilatadores.

Estes podem ser administrados tanto de forma regular como para alívio dos sintomas. ■



# Nunca se separa por vírgula

## (Parte I)

Um dos sinais de pontuação sobre o qual pairam as mais diversas dúvidas é a vírgula. Quais as circunstâncias em que é usada? Quando é proibida? As regras são taxativas? Sua necessidade é puramente estilística ou depende do fôlego do escritor? E, de acordo com este último critério, caso ele tenha problemas de respiração, se seu texto deverá estar repleto delas? Entretanto, o melhor é ir por partes para que o acúmulo de informações em um mesmo artigo não sobrecarregue o leitor.

A regra básica é a que se segue, dividida em duas partes.

Nunca se separa por vírgula:

**a) O sujeito do seu predicado:** O presidente, atacou a oposição. (Errado) / Os homens de bem, nada terão que temer. (Errado)

**b) O verbo do complemento:** Os sindicatos apresentaram, uma lista de 15 reivindicações. (Errado) / Os governos devem lutar, pelo bem-estar do povo. (Errado)

Primeiramente a parte “a” da regra básica: **não se coloca vírgula entre o sujeito e o seu predicado**. E a proibição vale, inclusive, para o sujeito colocado após o verbo. Todavia, há uma exceção: pode-se colocar um par de vírgulas entre sujeito e predicado se for para isolar uma expressão de caráter explicativo.

O **sujeito** e o **predicado** são termos essenciais da oração.

Ressalte-se que sujeito e predicado podem vir representados por apenas uma palavra ou por várias palavras aglomeradas em torno de um núcleo. Neste último caso eles se constituem em sintagmas.

A vírgula separadora do sintagma do sujeito de seu sintagma verbal sempre estará incorreta. Pode acontecer, todavia, uma explicação que se intercala em um ou outro sintagma, e, nesse caso, duas vírgulas a isolarão. Caso contrário, todas as palavras que se agregarem aos núcleos de ambos (sujeito e predicado) serão palavras de restrição.

**Restrições** e **explicações** podem ser feitas por meio de um adjetivo, locução adjetiva ou de uma oração que desempenha a função de adjetivo, isto é, a oração subordinada adjetiva.

A vírgula nas orações adjetivas é de fundamental importância na escrita. Às vezes, o significado de uma frase pode mudar de acordo com o seu emprego.

### Exemplos:

“O irmão *que mora em Recife* será visitado por ele”. (Ele tem mais de um irmão, apenas um deles mora em Recife – restritiva).

“O irmão, *que mora em Recife*, será visitado por ele”. (Ele tem apenas um irmão, e este mora em Recife – explicativa).

**Resumindo:** não há vírgula se o termo ou a oração restringe o sentido do sujeito, isto é, funciona como adjunto adnominal ou oração subordinada adjetiva restritiva.

**Exemplo:** “A decisão que denegou seguimento ao recurso interposto pela empregadora está eivada de inconstitucionalidade”.

O sujeito desta frase é: *A decisão que denegou seguimento ao recurso interposto pela empregadora*. Tornando a lembrar o conceito de sujeito: “é o ser sobre o qual se faz alguma declaração”.

O seu predicado é: *está eivada de inconstitucionalidade*.

Quanto às orações explicativas, elas dão a possibilidade de se colocar vírgulas entre sujeito e verbo, só que, ressalte-se, devem ser duas. Retirem-se as palavras explicativas delimitadas pelo par de vírgulas, e a frase manterá intocado seu sentido.

Assim, não se trata de pausa entre sujeito e predicado, mas, sim, de oração explicativa intercalada à oração principal.

Da mesma forma pode-se retirar a oração entre vírgulas (e cujo padrão salarial o reclamante tem como objetivo) e tem-se a oração principal com seu sentido completo: “As tarefas desempenhadas pelo operário paradigma não apresentam as mesmas características daquelas desempenhadas pelo autor da reclamação”.

Na próxima edição será abordada a segunda parte da regra básica, qual seja, nunca se separa por vírgula o verbo do seu complemento.





### COLÔMBIA E FARCS ASSINAM ACORDO DE PAZ DEFINITIVO

O governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farcs) chegaram hoje, 24, a um acordo de paz definitivo que põe fim a um conflito armado de mais de 50 anos e que agora deve ser referendado pelos cidadãos do País em um plebiscito no dia 2 de outubro e por uma conferência interna da organização guerrilheira.

O anúncio foi feito em Havana pelo mediador do governo de Cuba nas negociações, Rodolfo Benítez.

As partes acertaram que, "uma vez realizado o plebiscito, convocarão todos os partidos, movimentos políticos e sociais e todas as forças vivas do país a construir um grande acordo político nacional para definir as reformas e ajustes institucionais necessários para atender aos desafios que a paz demanda".

A convocatória tem o objetivo de levar adiante "um novo marco de convivência política e social" na Colômbia, de acordo com a introdução do documento assinado nesta quarta-feira em Havana.

Agência Télam via Agência Brasil  
24/agosto/2016

### CIENTISTAS ENCONTRAM PLANETA EM 'ZONA HABITÁVEL' PRÓXIMO AO SISTEMA SOLAR

Um grupo de cientistas anunciou no dia 24 de agosto, em artigo na revista Nature, a descoberta de um planeta em órbita em torno da estrela mais próxima do Sistema Solar, a anã-vermelha Proxima Centauri. O planeta, que tem massa 30% maior que a da Terra, está na chamada "zona habitável", isto é, fica a uma distância de sua estrela que permitiria, teoricamente, a existência de água líquida em sua superfície. A presença de água líquida é considerada o requisito fundamental para ocorrência de vida, de acordo com os astrônomos.

A Proxima Centauri é uma estrela anã-vermelha que pode ser considerada a vizinha mais próxima do Sol. Ela fica a "apenas" quatro anos-luz (cerca de 40 trilhões de quilômetros) do nosso Sistema Solar. O novo planeta foi batizado como Proxima B.

Estadão  
24/agosto/2016

### COMO ILUMINAR O BRASIL

Quando o projeto da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós, no Pará (provavelmente distante de onde você mora), foi suspenso no fim de abril pelo impacto que pode causar na vida de 12 mil índios mundurucus (sobre os quais você dificilmente ouviu falar), sua vida também foi afetada de alguma forma. A relação pode não ser muito clara de início. Mas a construção de mais uma hidrelétrica na região amazônica faz parte de um debate maior, que envolve as escolhas da sociedade brasileira sobre geração de energia elétrica e preservação socioambiental. E isso tem reflexos diretos, por exemplo, no seu banho quente, nos eletrodomésticos que usa e, logicamente, no valor da sua conta de luz. Afinal, a eletricidade não nasce no interruptor, embora num mundo de elevadores, geladeiras e dispositivos eletrônicos seja fácil esquecer isso.

A decisão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de suspender o licenciamento ambiental da São Luiz do Tapajós, que seria uma das maiores usinas do País, com 6,1 *gigawatts* (GW) de capacidade instalada – a de Itaipu, como referência, é de 14 GW –, é uma forte demonstração de que o modelo nacional baseado em grandes hidrelétricas, que produzem energia a preços bem acessíveis, está se tornando controverso. E abre precedente para repensar cerca de 30 projetos planejados para o período 2011-2020, 18 dos quais estão localizados na Amazônia, de acordo com o atual Plano.

"A partir da mudança do século, os novos projetos de usinas hidrelétricas ficaram sujeitos a uma nova sensibilidade da sociedade em relação à questão ambiental, e isso representou uma mudança de paradigma no setor elétrico", analisa Nivalde J. de Castro, professor doutor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel).

Revista Planeta  
25/agosto/2016



POR aí



Torre dos sinos



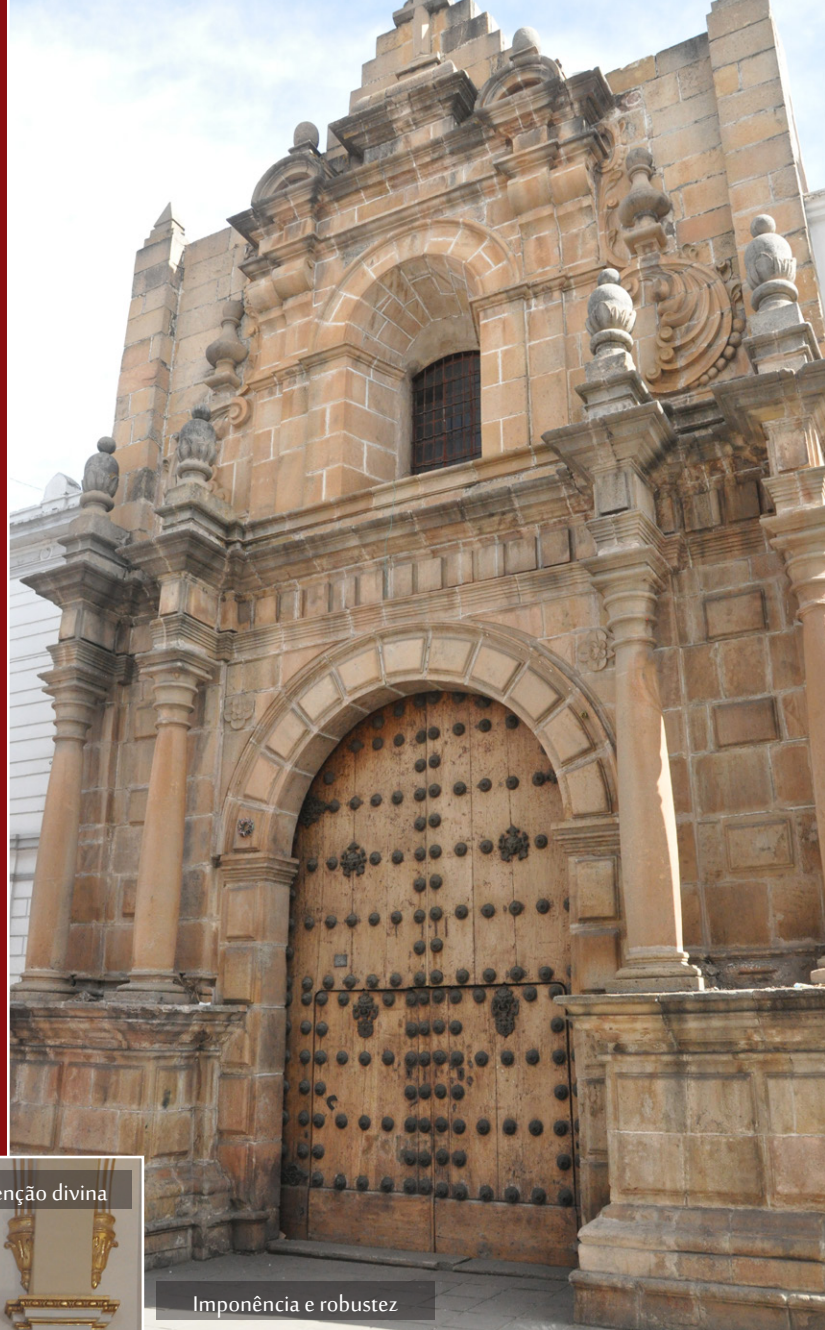
Riqueza

# CAPITAL constitucional DA BOLÍVIA





Fachada da Catedral



Imponência e robustez



Benção divina

EM MAIS UMA EXPEDIÇÃO *OFF ROAD*, EUVALDO PINHO APRESENTA AS PECULIARIDADES DE SUCRE, NA BOLÍVIA. RECONHECIDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL DA HUMANIDADE PELA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO) EM 1991, A CIDADE POSSUI CONSTRUÇÕES IMPONENTES, BEM CONSERVADAS, E TRAÇOS CULTURAIS MARCANTES COMO A CULINÁRIA E A FORMA DE VESTIR DE SEU POVO. CONFIRA!



Fartura em cores

## ▀ EUVALDO PINHO/TS\*

Já admirei várias cidades históricas tais como Roma, Firenze, Madri, Lisboa e outras. Por isso, faço questão de viajar com vocês para Sucre, na Bolívia, cidade de beleza ímpar. O mais interessante é que em um país tão pobre podemos encontrar tanta riqueza cultural a ponto de chamar a atenção. Seus costumes, religiosidade, riquíssima arquitetura e habilidosa receptividade me surpreenderam e também enriqueceram meus conhecimentos.

Sucre recebeu diversos títulos internacionais ao longo dos anos: "Ciudad Histórica Monumental", 1968; "Ciudad Patrimonio Historico de los Bolivianos", 1970; "Ciudad Monumento de América", OEA, 1979, e "Patrimonio Cultural de la Humanidad", Unesco, 1991.

Chegamos a Sucre no começo da noite após trafegarmos em péssimas e poeirentas estradas, porém de topografia natural lindíssima. Logo encontramos pousada em um hotel na Plaza 25 de Mayo, praça principal da cidade, instalado em um prédio antigo estilo espanhol, muito imponente e adaptado para a função de hospedar. Para que se tenha uma noção, nem garagem tinha para nossos veículos, que eram guardados em um estacionamento a dois quarteirões do edifício.

No dia seguinte, após um lauto café da manhã, fui a uma agência de turismo para preparar nosso roteiro de desbravamentos. Ao

lado da agência ficava a grandiosa Catedral que, como qualquer outra, tem hora determinada para ser visitada. Portanto, fomos "bater perna". A cidade é grande, mas nós nos concentramos na parte central e fomos andando, clicando e atrapalhando nossos companheiros para tudo registrar.

Logo de início, deparei-me com uma construção sóbria com linhas bem simples que lembrava um sobrado colonial no estilo das antigas fazendas espanholas, imponente e lindo. Fui fuçando e me deparei com um senhor muito bem vestido e cheio de medidas que me permitiu adentrar para fotografar o interior daquele prédio. Agradeço, apresentei-me como brasileiro, advogado, em uma excursão off road para conhecer o país dele. Ele é juiz de Direito e me convidou a receber um bóton do Colegio de Abogados de Chuquisaca de Sucre (ICACH), onde ele é professor, para registrar a minha passagem pela instituição. Quanta alegria em um simples gesto daquele senhor. Sai de lá feliz e satisfeito e com mais algumas dicas de aonde ir para conhecer sua cidade mais a fundo.

Detalhe interno

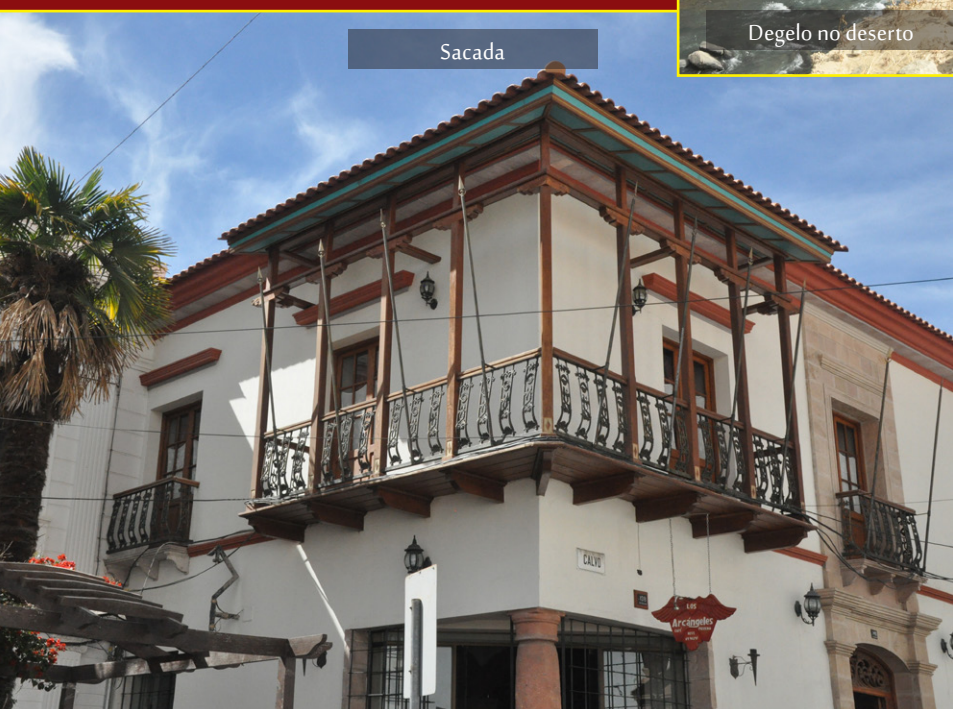




Vencendo etapas



Degelo no deserto



Sacada

Depois do almoço fomos a uma oficina mecânica a fim de reparar um dos nossos veículos, e enquanto aguardava o conserto fui ao aeroporto buscar a Lila e o Roque, novos integrantes que chegavam para fazer um trecho de nossa expedição.

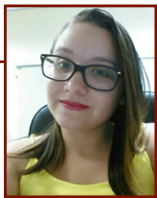
Quero aqui fazer um parágrafo de minha autoria: com a tecnologia tudo fica mais fácil, tipo o GPS, porém nada substitui o contato humano, pois o GPS nos conduz ao local desejado e sabido, mas nossos contatos pessoais nos conduzem aos desconhecidos e não sabidos, muitas vezes de maior relevância.

No dia seguinte, acordamos e seguimos clicando em direção ao famoso Mercado Central, onde encontramos de tudo, e após uma pausa para tomarmos um típico café da manhã entre os nativos – uma gostosura e bem original – demos sequência às nossas caminhadas. Na entrada do Mercado vendiam desde roupas a móveis e livros; mais para dentro, todo tipo de hortaliças, frutas e vegetais coloridíssimos, queijos frescos e, mais adiante, todo tipo de carne com aspectos não muito agradáveis, pois os vendedores expõem desde os olhos até os focinhos dos animais. Na saída, encontrei uma velha balança ainda em funcionamento, onde paguei um peso boliviano para constatar que tinha ganhado alguns quilos depois de provar as iguarias locais. Em seguida, seguimos para o hotel a fim de deixar os mantimentos adquiridos para nossa subsistência no próximo trecho a ser vencido.

O boliviano, de um modo geral, é um povo muito sofrido e castigado. De dia faz um calor infernal, e à noite um frio também muito forte, mas nem por isso os bolivianos deixam de ser trabalhadores. Com muito colorido em suas roupas, as mulheres com as tranças bem estruturadas e com as crianças nas costas exibem seus elegantes e tradicionais chapéus. Porém, o que realmente mais me impressionou foi a arquitetura dos antigos prédios de Sucre, algo de me fazer não saber para onde apontar minha máquina fotográfica. Além de belíssimos, são muito bem preservados, mantendo em quase 90% deles a cor branca nas fachadas.

Despeço-me, mas antes quero prestar uma honrosa homenagem aos meus companheiros de aventura, pois sem eles seria difícil alcançar os lugares onde andamos "Por aí". ■

\*Eivaldo Pinho é servidor aposentado da JFBA e colaborador da revista  
Fotos e legendas do autor



# CLEPTOCRACIA E GESTÃO MUNICIPAL

Com a proximidade das eleições municipais nota-se o descontentamento e a decepção com o poder público dos cidadãos que, a cada biênio, são obrigados a sair de suas casas e a dirigirem-se às suas respectivas zonas eleitorais em nome da democracia que outrora lhes seduzia com a falácia de que no sistema democrático as pessoas têm influência sobre as políticas do governo. Isso não ilude mais os eleitores, cada vez mais intolerantes com os gestores municipais.

Razão lhes assiste.

Lotam as secretarias e as varas federais ações penais cujos objetos são os crimes de responsabilidade, cometidos por prefeitos, infrações estas disciplinadas pelo Decreto-Lei nº 201/1967. Equivocadamente conhecidos assim, são, na verdade, crimes comuns, haja vista não dependerem de nenhuma deliberação da câmara dos vereadores para o seu reconhecimento.

Mesmo sendo mais extensa e sofisticada que sua antecessora, a atual legislação em vigor ainda é muito ineficiente em punir a corrupção dos administradores municipais. Poucas são as condenações, principalmente pela incidência da prescrição abstrata e retroativa, deixando uma sensação de impunidade na população e o Poder Judiciário em situação de descrédito.

O bem jurídico tutelado pelo decreto é o bom funcionamento da administração pública, o respeito a princípios como a moralidade, a legalidade e a eficiência. A doutrina cita como sujeitos passivos os municípios e, quando as verbas são oriundas do estado ou da União, os respectivos entes que compõem a federação.

“Não existe essa coisa de dinheiro público, existe apenas o dinheiro dos pagadores de impostos”; este é um trecho de um dos mais famosos discursos da ex-primeira ministra Margaret Thatcher. Não podem ser apenas sujeitos passivos de um crime entidades abstratas, mas, sim, os indivíduos – ou a sociedade como um todo – que sustentam a existência dessas pessoas jurídicas do Direito Público interno, pois são

os que sofrem, realmente, com as mazelas impostas pelos dilapidadores de serviços públicos.

De acordo com Milton Friedman<sup>1</sup>, há apenas quatro formas de gastar dinheiro: gastar o próprio dinheiro consigo mesmo, gastar o próprio dinheiro com os outros, gastar o dinheiro alheio com outras pessoas e gastar dinheiro dos outros com nós mesmos. Não é difícil compreender a razão de serem os dois últimos os que os políticos melhor compreendem: se não sou eu quem pago o custo, não vou me importar com o valor. Há aqui um grande incentivo à irresponsabilidade. Assim, não é surpreendente que no Maranhão haja uma gestora municipal conhecida como “prefeita ostentação”: enquanto a cidade que administrava (até ser cassada pela Câmara Municipal de Bom Jardim e enfrentar uma ação penal sob a competência de Magno Linhares, juiz titular da 2ª Vara Criminal da Justiça Federal do Maranhão) amarga na miséria, suas redes sociais estão repletas de fotos em luxuosos e rotineiros momentos de lazer.

Este é apenas um dos tantos exemplos no Brasil de como malversadores de dinheiro público sentem-se confortáveis em exibir um padrão de vida absolutamente incompatível com suas rendas. A certeza da ausência de punição é um propulsor da criminalidade, e, por isso, a pena tem um caráter preventivo negativo, cujo objetivo é inculcar nas pessoas a ideia de que dedicar-se ao crime é desvantajoso. Na política, a mentalidade que vigora é diametralmente oposta: a ilicitude é a regra, criando-se assim um regime cleptocrata.

A atuação da Justiça Federal em crimes de repercussão nacional que envolvem políticos de alto escalão tem sido louvável. Está na hora de agir com a mesma voracidade no âmbito municipal, onde há uma alta incidência da criminalidade no seio do estado e saltam aos olhos as evidências de desvios e malversações de recursos públicos. ■

\*Estagiária da 1ª Vara Criminal da Justiça Federal do Maranhão e Coordenadora Estadual dos Estudantes Pela Liberdade (EPL) – *Students for Liberty* (SFL).

1. Milton Friedman (EUA, 1912-2006) – um dos mais destacados economistas do século 20, ganhou o Nobel de sua área em 1976.



JUSTIÇA FEDERAL  
Tribunal Regional Federal da 1ª Região

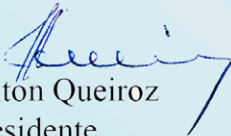
## *Mensagem do Presidente em homenagem aos Pais da 1ª Região*

*Ser pai é, mesmo após um dia exaustivo de trabalho, oferecer colo aos pequenos que se espelham em sua força e coragem e o têm como herói. É se dividir na difícil tarefa de dizer “não” em meio à diversão dos jogos, passeios e brincadeiras. É vibrar a cada conquista dos filhos e não hesitar ao abdicar dos próprios sonhos em prol da família.*

*Ser pai é seguir orientando os passos dos filhos já crescidos com sabedoria e doçura e, mesmo diante das desventuras da vida, perseverar na grandeza da tarefa de educar com amor e paciência.*

*Neste Dia dos Pais, nossa justa homenagem aos magistrados, servidores, prestadores de serviço e estagiários da 1ª Região que cumprem a dupla jornada de pai e profissional com tamanha dedicação, colaborando de forma valiosa para o engrandecimento desta Corte e do País, ao educar seus filhos para serem cidadãos de bem.*

*Feliz Dia dos Pais!*

  
Hilton Queiroz  
Presidente





JUSTIÇA FEDERAL

Praça dos Tribunais Superiores  
SAS, Quadra 2, Bloco A  
CEP: 70070-900  
Brasília - Distrito Federal  
[primeiraregiaoemvista@trf1.jus.br](mailto:primeiraregiaoemvista@trf1.jus.br)  
[www.trf1.jus.br](http://www.trf1.jus.br)